



RELATÓRIO E CONTAS

1º Semestre de 2005

PORTUGAL TELECOM, SGPS, S.A.

RELATÓRIO E CONTAS

1º Semestre de 2005

Relatório de Gestão	3
Síntese da Actividade	3
Informações Legais	3
Perspectivas para o Segundo Semestre	4
Demonstrações Financeiras	9
Documentos de Certificação das Contas	61

Relatório de Gestão

O relatório de gestão correspondente à actividade consolidada da Portugal Telecom, SGPS, S.A. faz ampla referência a todos os aspectos relativos à evolução dos vários negócios desenvolvidos pelas diferentes empresas do Grupo, pelo que, sobre essas matérias, nos permitimos remeter os Senhores Accionistas para a leitura do mesmo.

Síntese da Actividade

O volume de negócios da sociedade, em termos individuais, advém exclusivamente da prestação de serviços de gestão às empresas do Grupo, tendo-se cifrado, no primeiro semestre de 2005, em cerca de 2,6 milhões de euros.

O resultado líquido do semestre ascendeu a 212,1 milhões de euros, o que representa uma redução de 34,2% em relação ao mesmo período do ano anterior.

Informações Legais

- Não existem quaisquer dívidas em mora ao Estado Português e à Segurança Social.
- No início de 2005, a Portugal Telecom não detinha em carteira quaisquer acções próprias em carteira. No âmbito do programa de *share buyback* anunciado pela Comissão Executiva em 16 de Setembro de 2003, que compreendia a aquisição de 10% do capital da Empresa, a Portugal Telecom:
 - Procedeu a uma redução do capital social de 1.254.285.000 euros para 1.166.485.050 euros em 28 de Dezembro de 2004 no prosseguimento da decisão da Assembleia Geral de 2 de Abril de 2004, por cancelamento das 87.799.950 acções próprias que se encontravam em carteira nessa data, equivalentes a 7% do capital social; e
 - Adquiriu 37.628.550 acções próprias durante o primeiro semestre de 2005, equivalentes a 3% do capital social anterior à redução de 28 de Dezembro de 2004, com um preço médio de 9,05 euros. Estas acções próprias encontram-se em carteira em 30 de Junho de 2005.
- Não foram celebrados negócios ou operações que sejam de considerar significativos em termos económicos por quaisquer das partes envolvidas, entre a Sociedade e os membros dos seus órgãos de administração e fiscalização.

Perspectivas para o Segundo Semestre

A PT tem como objectivo continuar a desenvolver o potencial de crescimento dos seus negócios – nomeadamente as operações integradas de telecomunicações e multimédia em Portugal, o negócio móvel no Brasil e os restantes negócios internacionais do grupo - sendo que as crescentes pressões competitivas e regulamentares, bem como a maturidade de certos negócios, continuarão a exigir um enfoque permanente na melhoria da eficiência operacional do grupo.

Rede fixa

A forte aposta no desenvolvimento da banda larga e no lançamento de novos planos de preços no segmento residencial, bem como uma oferta cada vez mais integrada e de valor acrescentado no segmento empresarial, têm como objectivo minimizar o impacto negativo ao nível das receitas, resultante da perda de linhas e da crescente pressão ao nível dos preços. Decisões regulamentares referentes a preços de interligação fixo-móvel, preço de desagregação do lacete local e a introdução da ORLA, entre outras, deverão ter um impacto negativo no negócio de rede fixa. Atendendo ao objectivo de preservar as margens operacionais e a geração de cash flow, o segmento de rede fixa continuará a desenvolver uma política de racionalização de custos, com ênfase no programa de redução de efectivos.

Móvel

O desenvolvimento de serviços de 3G, bem como o lançamento de uma nova marca no mercado para o segmento de baixo custo, continuarão a marcar a actividade da TMN em 2005. A cobertura 3G continuará a expandir-se, enquanto que o lançamento de novos serviços e aplicações baseados em 3G, acompanhado de um crescente esforço comercial, deverá resultar no aumento do número de clientes a utilizar esta tecnologia. O aumento dos custos de aquisição e retenção de clientes, devido à forte aposta no 3G, bem como a significativa redução dos preços de interligação, imposta pelo regulador, deverão ter um impacto negativo ao nível do EBITDA.

O mercado móvel brasileiro deverá continuar a ser caracterizado por um forte ritmo de crescimento, aliado a um ambiente de elevada concorrência. A Vivo tem como objectivo manter a sua posição de liderança destacada no mercado, apostando na retenção dos clientes de elevado potencial explorando simultaneamente as oportunidades de crescimento ainda existentes no mercado. As margens operacionais deverão continuar a ser negativamente afectadas pelo ambiente de elevada concorrência e de forte crescimento. A expansão da plataforma 1xRTT e o lançamento do EV-DO em novas áreas de cobertura deverão reforçar a posição da Vivo como o operador líder em serviços de dados no Brasil.

Multimédia

O negócio multimédia deverá continuar a explorar o potencial de crescimento do mercado de TV por subscrição em Portugal, através do crescimento da base de clientes e do aumento da penetração de serviços nos clientes existentes. Nesse sentido, o enfoque nos serviços digitais, como forma de melhorar a oferta e a segmentação da base de clientes, afigura-se como uma importante iniciativa que, por outro lado, significará um esforço adicional de custos no período, nomeadamente custos comerciais e de programação. A PT Multimédia continuará a investir na melhoria da qualidade de serviços, tirando partido dos investimentos realizados em 2004. A estratégia de crescimento agressivo da banda larga deverá continuar a ser uma importante alavanca para o aumento da receita média por cliente.

Situação financeira

A PT pretende preservar a sua sólida estrutura financeira, retendo ampla flexibilidade para prosseguir a sua estratégia. A PT continuará a investir nas oportunidades de crescimento oferecidas pelos seus activos, com especial ênfase nos serviços de banda larga, móvel e TV por subscrição, seguindo critérios de investimento rigorosos.

Lisboa, 13 de Setembro de 2005.

O Conselho de Administração

Ernâni Rodrigues Lopes

Miguel Horta e Costa

Zeinal Bava

Carlos Vasconcellos Cruz

Iriarte Esteves

Paulo Fernandes

Joaquim Goes

Henrique Granadeiro

Carlos Oliveira Cruz

Jorge Tomé

Fernando Abril

António Viana Baptista

Luís de Mello Champalimaud

Patrick Monteiro de Barros

Jorge Bleck

Carlos Blanco de Moraes

João Mello Franco

Gerald McGowan

Peter Golob

Nuno Silvério Marques

Thomaz Paes de Vasconcellos



Demonstrações Financeiras

PORTUGAL TELECOM, SGPS, S.A.

BALANÇOS EM 30 DE JUNHO DE 2005 E EM 31 DE DEZEMBRO DE 2004

(Montantes expressos em Euros)

		30 de Junho de 2005		31 de Dezembro de 2004	
Activo	Notas	Activo bruto	Amortizações e ajustamentos	Activo líquido	Activo líquido
IMOBILIZADO:					
Imobilizações incorpóreas:					
Despesas de Investigação e desenvolvimento	10	2.768.382	(1.572.122)	1.196.260	1.653.214
Propriedade industrial e outros direitos	10	270.216	(183.662)	86.554	128.279
Trespases	9,10	520.932.495	(87.402.147)	433.530.348	447.773.225
Imobilizações em curso	10	1.511.682	-	1.511.682	1.066.032
		<u>525.482.775</u>	<u>(89.157.931)</u>	<u>436.324.844</u>	<u>450.620.750</u>
Imobilizações corpóreas:					
Equipamento de transporte	10	3.118.805	(1.719.813)	1.398.992	1.716.783
Ferramentas e utensílios	10	574	(574)	-	23
Equipamento administrativo	10	3.030.825	(1.625.506)	1.405.319	1.684.734
Outras imobilizações corpóreas	10	1.137.722	(112.974)	1.024.748	1.047.430
Imobilizações em curso	10	-	-	-	198.965
		<u>7.287.926</u>	<u>(3.458.867)</u>	<u>3.829.059</u>	<u>4.647.935</u>
Investimentos financeiros:					
Partes de capital em empresas do grupo	10,16	1.802.635.485	-	1.802.635.485	1.672.586.174
Empréstimos a empresas do grupo	10,16	3.056.982.371	-	3.056.982.371	2.693.368.446
Partes de capital em empresas associadas	10,16	2.059.899	-	2.059.899	5.144.383
Empréstimos a empresas associadas	10,16	123.169.454	(52.275.123)	70.894.331	70.514.949
Partes de capital em outras empresas	10,16	66.492.200	(1.995.192)	64.497.008	63.763.538
Outros empréstimos concedidos	10,16	3.574.300	(3.292.066)	282.234	280.596
Adiantamentos por conta de Investimentos Financeiros		1.350.000	-	1.350.000	-
		<u>5.056.263.709</u>	<u>(57.562.381)</u>	<u>4.998.701.328</u>	<u>4.505.658.086</u>
CIRCULANTE:					
Dividas de terceiros - curto prazo:					
Empresas do grupo	16	740.361.937	-	740.361.937	314.690.758
Empresas participadas e participantes		6.404.089	-	6.404.089	6.407.801
Estado e outros entes públicos	49	8.336.041	-	8.336.041	6.431.805
Outros devedores		5.647.081	-	5.647.081	13.015.649
		<u>760.749.148</u>	<u>-</u>	<u>760.749.148</u>	<u>340.546.013</u>
Títulos negociáveis:					
Outros títulos negociáveis	51,55	723.787.290	-	723.787.290	548.526.475
Outras aplicações de tesouraria	51,55	778.965.382	-	778.965.382	797.959.832
		<u>1.502.752.672</u>	<u>-</u>	<u>1.502.752.672</u>	<u>1.346.486.307</u>
Depósitos bancários e caixa:					
Depósitos bancários	55	2.133.357	-	2.133.357	12.945.573
Caixa	55	20.250	-	20.250	20.250
		<u>2.153.607</u>	<u>-</u>	<u>2.153.607</u>	<u>12.965.823</u>
Acréscimos e diferimentos:					
Acréscimos de proveitos	52	30.475.648	-	30.475.648	28.316.604
Custos diferidos	52	3.504.056	-	3.504.056	4.628.735
Activos por impostos diferidos	6	258.539.868	-	258.539.868	373.043.030
		<u>292.519.572</u>	<u>-</u>	<u>292.519.572</u>	<u>405.988.369</u>
Total de amortizações			<u>(92.616.798)</u>		
Total de ajustamentos			<u>(57.562.381)</u>		
Total do activo		8.147.209.409	(150.179.179)	7.997.030.230	7.066.913.283

O anexo faz parte integrante do balanço em 30 de Junho de 2005.

PORTUGAL TELECOM, SGPS, S.A.

BALANÇOS EM 30 DE JUNHO DE 2005 E EM 31 DE DEZEMBRO DE 2004

(Montantes expressos em Euros)

Capital Próprio e Passivo	Notas	30 de Junho de 2005	31 de Dezembro de 2004
CAPITAL PRÓPRIO:			
Capital	36, 40	1.166.485.050	1.166.485.050
Acções próprias			
Valor Nominal	40	(37.628.550)	-
Descontos e prémios	40	(302.827.338)	-
Prémios de emissão de acções	40	91.704.891	91.704.891
Ajustamentos de partes de capital em filiais e associadas	40	758.099.646	328.139.280
Reservas:			
Reserva legal	40	179.229.361	154.225.075
Outras reservas	40	434.099.482	93.643.594
Resultados transitados	40	142.314.093	370.456.302
		2.431.476.635	2.204.654.192
Resultado líquido do semestre / exercício	40	212.080.961	500.085.704
Total do capital próprio		2.643.557.596	2.704.739.896
PASSIVO:			
Provisões			
Provisões para impostos	34	14.286.284	13.975.284
Outras provisões	34	955.930.334	947.418.003
		970.216.618	961.393.287
Dividas a terceiros - médio e longo prazo:			
Empréstimos por obrigações convertíveis	48	390.335.000	390.335.000
Dividas a instituições de crédito	48	762.813.995	545.017.376
Outros empréstimos obtidos	48	1.309.500.000	-
Fornecedores de imobilizado - conta corrente	15	965.887	965.887
		2.463.614.882	936.318.263
Dividas a terceiros - curto prazo:			
Dividas a instituições de crédito	48	84.080.049	91.754.107
Outros empréstimos obtidos	48	928.865.843	1.560.458.486
Fornecedores - conta corrente		7.305.746	8.956.163
Fornecedores - facturas em recepção e conferência		178.277	178.378
Empresas do grupo	16	521.991.339	419.317.526
Empresas participadas e participantes		9.175.660	9.171.865
Outros accionistas		625.369	625.369
Fornecedores de imobilizado - conta corrente	15	598.491	865.206
Estado e outros entes públicos	49	5.741.633	1.479.044
Outros credores		1.053.412	1.099.020
		1.559.615.819	2.093.905.164
Acréscimos e diferimentos:			
Acréscimos de custos	52	60.962.170	74.542.629
Proveitos diferidos	52	25.294.954	21.926.303
Passivos por impostos diferidos	6	273.768.191	274.087.741
		360.025.315	370.556.673
Total do passivo		5.353.472.634	4.362.173.387
Total do capital próprio e do passivo		7.997.030.230	7.066.913.283

O anexo faz parte integrante do balanço em 30 de Junho de 2005.

O Técnico Oficial de Contas

O Conselho de Administração

PORTUGAL TELECOM, SGPS, S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS POR NATUREZAS PARA OS SEMESTRES FINDOS
EM 30 DE JUNHO DE 2005 e 2004

(Montantes expressos em Euros)

	Notas	2005	2004
CUSTOS E PERDAS			
Fornecimentos e serviços externos		12.861.820	16.752.218
Custos com o pessoal:			
Remunerações		11.413.057	14.252.888
Encargos sociais:			
Pensões		306.848	57.134
Outros		1.448.747	1.096.484
Amortizações do imobilizado corpóreo e incorpóreo	10	1.231.458	1.130.274
Impostos		1.586.459	15.631
Outros custos e perdas operacionais		374.783	392.255
(A)		29.223.172	33.696.884
Amortizações e ajustamentos de investimentos financeiros		18.744.920	13.504.917
Perdas em empresas do grupo e associadas	45	35.229.191	29.417.001
Juros e custos similares:			
Relativos a empresas do grupo		3.687.098	996.718
Outros	45	58.766.414	61.911.601
(C)		116.427.623	105.830.237
Custos e perdas extraordinários	46	145.650.795	139.527.121
(E)		4.137.757	8.815.310
Imposto sobre o rendimento do exercício	6	149.788.552	148.342.431
(G)		(1.276.532)	(19.262.978)
Resultado líquido do semestre	40	148.512.020	129.079.453
		212.080.961	322.518.239
		360.592.981	451.597.692
PROVEITOS E GANHOS			
Prestações de serviços		2.569.083	9.663.750
Proveitos suplementares		244.564	58.668
(B)		2.813.647	9.722.418
Rendimentos de participações de capital		2.059.386	1.398.689
Rendimentos de títulos negociáveis e de outras aplicações financeiras		20.819.101	21.475.403
Ganhos em empresas do grupo e associadas	45	271.884.280	378.385.509
Outros juros e proveitos similares:			
Relativos a empresas do grupo		5.319.497	15.463.481
Outros	45	57.674.358	24.696.521
(D)		357.756.622	441.419.603
Proveitos e ganhos extraordinários	46	360.570.269	451.142.021
(F)		22.712	455.671
		360.592.981	451.597.692
Resultados operacionais:	(B) - (A)	(26.409.525)	(23.974.466)
Resultados financeiros:	(D-B) - (C-A)	241.328.999	335.589.366
Resultados correntes:	(D) - (C)	214.919.474	311.614.900
Resultados antes de impostos:	(F) - (E)	210.804.429	303.255.261
Resultado líquido do semestre:	(F) - (G)	212.080.961	322.518.239

O anexo faz parte integrante da demonstração dos resultados por naturezas para o semestre findo em 30 de Junho de 2005.

O Técnico Oficial de Contas

O Conselho de Administração

PORTUGAL TELECOM, SGPS, S.A.

**DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS POR FUNÇÕES PARA OS SEMESTRES FINDOS
EM 30 JUNHO DE 2005 E 2004**

(Montantes expressos em Euros)

	Nota 54	2005	2004
Vendas e prestações de serviços	54.a)	2.569.083	9.663.750
Custo das vendas e das prestações de serviços	54.b)	(28.977.310)	(30.127.821)
Resultados Brutos		(26.408.227)	(20.464.071)
Outros proveitos e ganhos e operacionais		244.564	99.982
Custos administrativos		(1.819.809)	(1.691.544)
Outros custos e perdas operacionais	54.c)	(1.241.855)	(4.003.028)
Resultados Operacionais		(29.225.327)	(26.058.661)
Custo líquido de financiamento	54.d)	22.521.446	(1.272.915)
Ganhos (perdas) em filiais e associadas	54.e)	209.652.109	332.226.725
Ganhos (perdas) em outros investimentos		(868.883)	1.398.689
Resultados Correntes		202.079.345	306.293.838
Impostos sobre os resultados correntes	54.f)	10.001.616	16.224.401
Resultado líquido do semestre		212.080.961	322.518.239

O anexo faz parte integrante da demonstração dos resultados por funções para o semestre findo em 30 de Junho de 2005.

O Técnico Oficial de Contas

O Conselho de Administração

PORTUGAL TELECOM, SGPS, S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2005 E 2004

(Montantes expressos em Euros)

	Nota 55	2005	2004
ACTIVIDADES OPERACIONAIS:			
Pagamentos a fornecedores		(31.682.299)	(47.798.314)
Pagamento ao pessoal		(8.178.216)	(6.847.335)
Fluxo gerado pelas operações		(39.860.515)	(54.645.649)
Recebimentos/(pagamentos) do imposto sobre o rendimento		34.929.005	(4.205.821)
(Outros pagamentos) / recebimentos relativos à actividade operacional		12.278.795	252.607.851
Fluxos das actividades operacionais (1)		<u>7.347.285</u>	<u>193.756.381</u>
ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO:			
Recebimentos provenientes de:			
Investimentos financeiros	55.a)	251.056.441	368.923.113
Juros e proveitos similares		31.732.602	36.374.865
Dividendos	55.b)	331.885.298	1.011.099.189
Outros	55.c)	40.060.638	1.039.553
		<u>654.734.979</u>	<u>1.417.436.720</u>
Pagamentos respeitantes a:			
Investimentos financeiros	55.d)	(707.030.869)	(963.062.014)
Fluxos das actividades de investimento (2)		<u>(52.295.890)</u>	<u>454.374.706</u>
ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Recebimentos provenientes de:			
Empréstimos obtidos	55.e)	18.515.701.201	9.185.047.513
Pagamentos respeitantes a:			
Empréstimos obtidos	55.f)	(17.537.131.651)	(9.428.584.831)
Juros e custos similares		(51.273.708)	(75.383.526)
Dividendos		(395.085.000)	(267.499.686)
Aquisição de acções próprias		(340.455.888)	(238.451.159)
		<u>(18.323.946.247)</u>	<u>(10.009.919.202)</u>
Fluxos das actividades de financiamento (3)		<u>191.754.954</u>	<u>(824.871.689)</u>
Variação de caixa e seus equivalentes (4)=(1)+(2)+(3)		146.806.349	(176.740.602)
Efeito das diferenças de câmbio		(1.352.200)	553.134
Caixa e seus equivalentes no início do exercício	55.g)	1.359.452.130	1.519.850.319
Caixa e seus equivalentes no fim do exercício	55.g)	1.504.906.279	1.343.662.851

O Anexo faz parte integrante da demonstração dos fluxos de caixa para o semestre findo em 30 de Junho de 2005.

O Técnico Oficial de Contas

O Conselho de Administração

PORTUGAL TELECOM, SGPS, S.A.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

EM 30 DE JUNHO DE 2005

(Montantes expressos em Euros)

Nota Introdutória

A Portugal Telecom, SGPS, S.A. ("Portugal Telecom" ou "Empresa") e as suas empresas subsidiárias e associadas (Nota 16), que integram o seu universo empresarial ("Grupo Portugal Telecom" ou "Grupo"), operam essencialmente no sector das telecomunicações e multimédia, em Portugal e no estrangeiro.

Estas demonstrações financeiras referem-se à Empresa em termos individuais, tendo os investimentos financeiros sido registados pelo método da equivalência patrimonial, tal como explicado na Nota 3.c). A Empresa irá preparar e apresentar em separado demonstrações financeiras consolidadas nas quais vão ser incluídas as demonstrações financeiras das empresas em que participa maioritariamente ou detém o controlo de gestão. Assim, nestas demonstrações financeiras individuais foram considerados nos capitais próprios em 30 de Junho de 2005 e no resultado líquido do período findo nessa data, o efeito da consolidação dos capitais próprios e dos resultados das empresas participadas, com base nas respectivas demonstrações financeiras, mas não o efeito da consolidação integral a nível de activos, passivos, custos e proveitos.

A Portugal Telecom adoptou em 2005, pela primeira vez, os IFRS – International Financial Reporting Standards adoptados pela União Europeia na elaboração das suas demonstrações financeiras consolidadas. Por esta razão, os capitais próprios em 31 de Dezembro de 2004 e 30 de Junho de 2005, bem como os resultados dos semestres findos a 30 de Junho de 2005 e 2004 que constam nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo Portugal Telecom diferem dos valores apresentados nas demonstrações financeiras individuais.

a) Detentores do capital

Em resultado das cinco operações de privatização iniciadas em 1 de Junho de 1995 e terminadas em 4 de Dezembro de 2000, o capital social da Portugal Telecom é detido maioritariamente por accionistas privados. Em 30 de Junho de 2005, o Estado Português e as entidades por si controladas detêm 6,81% do capital social da Portugal Telecom, detendo igualmente 500 acções de Categoria A (Nota 36), que lhes conferem direitos especiais.

b) Acções cotadas

As acções da Portugal Telecom encontram-se cotadas na Euronext-Lisboa e na *NYSE - New York Stock Exchange*.

3. Bases de Apresentação e Principais Critérios Valorimétricos Utilizados

As demonstrações financeiras encontram-se elaboradas de acordo com os princípios contabilísticos definidos no Plano Oficial de Contabilidade (POC) e demais legislação portuguesa, sendo supletivamente aplicadas as Normas Internacionais de Contabilidade ("IAS" ou "NIC"). As demonstrações financeiras foram preparadas atendendo à convenção dos custos históricos, em conformidade com os princípios contabilísticos da prudência, da continuidade, da especialização dos exercícios, da consistência, da materialidade e da substância sobre a forma.

As notas deste anexo seguem a numeração definida no POC para apresentação de demonstrações financeiras individuais. As notas cuja numeração se encontra ausente deste anexo não são aplicáveis à Empresa, ou a sua apresentação não se considera relevante para a leitura das demonstrações financeiras individuais.

Os principais critérios valorimétricos utilizados na preparação das demonstrações financeiras individuais foram os seguintes:

a) Imobilizações incorpóreas

As imobilizações incorpóreas são constituídas essencialmente por trespasses decorrentes de aquisições de partes de capital em empresas do grupo e associadas (goodwill) e são amortizadas de acordo com os critérios indicados na Nota 9.

b) Imobilizações corpóreas

As imobilizações corpóreas encontram-se registadas ao custo de aquisição e são amortizadas de acordo com o método das quotas constantes, por duodécimos, a partir do mês de início de utilização dos bens ou da sua entrada em funcionamento.

As taxas de amortização praticadas correspondem, em média, às seguintes vidas úteis estimadas:

	Anos de vida útil
Equipamento de transporte	4
Ferramentas e utensílios	4
Equipamento administrativo	3 – 8
Outras imobilizações corpóreas	3 – 8

c) Investimentos financeiros

Os investimentos financeiros em empresas do grupo e associadas encontram-se registados pelo método da equivalência patrimonial, sendo as participações inicialmente contabilizadas pelo custo de aquisição. A diferença entre o custo de aquisição e o valor proporcional à participação nos capitais próprios dessas empresas, à data de aquisição, é registada como *trespasse (goodwill)* na rubrica “Imobilizações incorpóreas”, caso a diferença seja positiva, ou em capitais próprios, na rubrica “Ajustamentos de partes de capital em filiais e associadas”, caso a diferença seja negativa.

De acordo com o método da equivalência patrimonial, as participações financeiras são ajustadas periodicamente pelo valor correspondente à participação da Empresa nos resultados líquidos ou em outras variações nos capitais próprios das empresas do grupo e associadas, por contrapartida de ganhos ou perdas do período ou de ajustamentos de partes de capital em filiais e associadas, respectivamente. Os dividendos recebidos destas empresas são registados como uma diminuição do valor dos investimentos financeiros. Adicionalmente, as responsabilidades da Empresa decorrentes de empresas participadas com capitais próprios negativos são registadas na rubrica de provisões (Nota 34).

As mais-valias decorrentes da alienação de empresas participadas, efectuadas dentro do Grupo, são diferidas ou anuladas até ao momento da sua alienação a terceiros. No caso de anulação das mais-valias, o efeito dessa anulação é registado em resultados financeiros na correspondente rubrica de “Ganhos ou perdas em empresas do grupo e associadas”.

As prestações acessórias e os empréstimos de financiamento concedidos a empresas do grupo e associadas são registados ao valor nominal, diminuídos por provisões para perdas estimadas, quando se antecipa a existência de perdas de valor desses empréstimos.

Os investimentos financeiros noutras empresas (participações inferiores a 20%) encontram-se registados ao custo de aquisição ou ao valor nominal, para o caso dos empréstimos concedidos, diminuídos por provisões para perdas estimadas, quando se antecipa a existência de perdas de valor desses investimentos financeiros.

d) Locação financeira

Os activos imobilizados adquiridos segundo contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, encontram-se reflectidos no balanço, sendo amortizados de acordo com as vidas úteis referidas na Nota 3.b). As rendas relativas aos contratos de locação financeira são registadas como redução daquelas responsabilidades, na componente de capital, e como custos financeiros, na componente de juros (Nota 15).

e) Especialização dos exercícios

As receitas e despesas são registadas de acordo com o princípio da especialização dos exercícios, pelo qual estas são reconhecidas à medida que são geradas ou incorridas, independentemente do momento em que são recebidas ou pagas.

f) Classificação do balanço

Os activos realizáveis e os passivos exigíveis a mais de um ano da data do balanço são classificados, respectivamente, no activo e no passivo a médio e longo prazo.

g) Férias e subsídios de férias

Os encargos com férias e subsídios de férias e correspondentes encargos patronais são registados como custo do período em que os empregados adquirem o direito ao seu recebimento. Em consequência, as responsabilidades com férias, subsídio de férias e correspondentes encargos vencidos e não pagos à data do balanço, foram estimados e incluídos na rubrica "Acréscimos de custos" (Nota 52).

h) Impostos sobre o rendimento

Desde o exercício de 2000, que a Portugal Telecom se encontra abrangida pelo regime de tributação pelo lucro consolidado (actualmente designado por regime especial de tributação de grupos de sociedades), o qual abrange todas as empresas em que participa, directa ou indirectamente, em pelo menos 90% do respectivo capital e que, simultaneamente, são residentes em Portugal e tributadas em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (IRC). O eventual ganho gerado pela adopção deste regime é registado em resultados do período na rubrica "Ganhos em empresas do grupo e associadas" (Nota 45.d)).

As empresas participadas que não se encontram abrangidas pelo regime especial de tributação de grupos de sociedades, são tributadas individualmente, com base nas respectivas matérias colectáveis e nas taxas de imposto aplicáveis.

O imposto sobre o rendimento do exercício é apurado de acordo com o preconizado pela Directriz Contabilística n.º 28. Na mensuração do custo relativo ao imposto sobre o rendimento do período, para

além do imposto corrente, calculado em termos consolidados para o universo das empresas do Grupo abrangidas por esse regime, foram também considerados os efeitos resultantes das diferenças temporárias entre os resultados antes de impostos e o lucro tributável, originadas no período ou decorrentes de exercícios anteriores, bem como o efeito dos prejuízos fiscais reportáveis existentes à data do balanço.

Tal como estabelecido na referida Directriz, são reconhecidos activos por impostos diferidos apenas quando exista razoável segurança de que tais impostos diferidos activos poderão vir a ser utilizados na redução do resultado tributável futuro, ou quando existam impostos diferidos passivos cuja reversão seja expectável no mesmo exercício em que os impostos diferidos activos sejam revertidos.

O montante de imposto a incluir quer no imposto corrente, quer no imposto diferido, que resulte de transacções ou eventos reconhecidos directamente em reservas ou resultados transitados, é registado directamente nestas mesmas rubricas, não afectando o resultado do período (Nota 6).

À data a que se reporta o balanço, os impostos diferidos são actualizados por alterações na taxa de tributação que se espera vir a estar em vigor à data da sua reversão, bem como por outras eventuais alterações da legislação fiscal relevante.

i) Títulos negociáveis e outras aplicações de tesouraria

Os títulos negociáveis e as outras aplicações de tesouraria (constituídas por aplicações de tesouraria de curto prazo) encontram-se registados ao mais baixo do custo de aquisição ou do valor de mercado.

j) Saldos e transacções em moeda estrangeira

Os activos e passivos expressos em moeda estrangeira, para os quais não há acordos de fixação de câmbio, foram convertidos para Euros às taxas de câmbio vigentes na data do balanço.

As diferenças de câmbio, favoráveis e desfavoráveis, que resultam da comparação entre as taxas de câmbio em vigor na data das operações e as vigentes na data das cobranças, dos pagamentos ou à data do balanço, foram registadas como proveitos e custos na demonstração dos resultados, excepto no que respeita às diferenças de câmbio provenientes da conversão cambial de saldos intra-grupo de médio e longo prazo em moeda estrangeira, que na prática se constituam como uma extensão dos investimentos financeiros, os quais são registadas na rubrica "Ajustamentos de partes de capital em filiais e associadas", tal como preconizado pela IAS 21.

Para efeitos da aplicação do método de equivalência patrimonial, a conversão de demonstrações financeiras de empresas do grupo e associadas expressas em moeda estrangeira é efectuada considerando as seguintes taxas de câmbio:

- taxa de câmbio vigente à data do balanço, para a conversão dos activos e passivos;
- taxa de câmbio média do período, para a conversão da demonstração dos resultados;
- taxas de câmbio históricas, para a conversão das rubricas do capital próprio.

As diferenças de câmbio originadas na conversão para Euros de demonstrações financeiras de empresas do grupo e associadas expressas em moeda estrangeira foram incluídas no capital próprio, na rubrica "Ajustamentos de partes de capital em filiais e associadas".

I) Instrumentos financeiros e gestão de risco

Os instrumentos financeiros incluem essencialmente operações de *swap* de taxa de juro e de taxa de câmbio sobre empréstimos, para reduzir o risco de alterações nas taxas de juro e nas taxas de câmbio, na prossecução da política de cobertura da exposição a evoluções na taxa de juro e de cobertura de passivos em moeda estrangeira. Com este último objectivo, são igualmente contratadas operações de *forward* e opções cambiais (Nota 53).

Os ganhos ou perdas decorrentes de instrumentos derivados que estejam a cobrir os riscos acima mencionados de determinados activos ou passivos, são registados em resultados de forma simétrica às perdas e ganhos associados aos activos ou passivos relacionados. Caso os instrumentos derivados não estejam a reduzir os riscos definidos, ou não estejam relacionados com nenhum risco específico, os mesmos são registados ao seu *fair value* na data do balanço, sendo os ganhos e perdas decorrentes da variação de valor ao longo do tempo registados em resultados.

Os prémios recebidos ou pagos, bem como os encargos com estas operações, são reconhecidos durante o período de vigência das mesmas.

4. Cotações Utilizadas para Conversão de saldos em Moeda Estrangeira

Em 30 de Junho de 2005, os activos e passivos expressos em moeda estrangeira foram convertidos para Euros com base nas seguintes taxas de câmbio de tais moedas relativamente ao Euro, divulgadas pelo Banco de Portugal:

Designação	Código	Cotação
Dólar Americano	USD	1,2092
Franco Suíço	CHF	1,5499
Libra Esterlina	GBP	0,6742
Real Brasileiro	BRL	2,8489

6. Impostos e Taxas

- (a) A Empresa encontra-se sujeita a imposto sobre o rendimento em sede de IRC, à taxa normal de 25%, acrescida de Derrama à taxa de 10%, resultando numa taxa de imposto agregada de 27,5%.

No semestre findo em 30 de Junho de 2005, a matéria colectável da Empresa foi estimada de acordo com o regime especial de tributação dos grupos de sociedades ("RETGS" ou "consolidação fiscal"), abrangendo as seguintes empresas participadas: PT Comunicações, S.A. ("PT Comunicações"); TMN – Telecomunicações Móveis Nacionais, S.A. ("TMN"); PT Contact – Telemarketing e Serviços de Informação, S.A.; Regiforum – Empreendimentos Comerciais e Culturais, Lda.; Simarc – Promoções Imobiliárias, S.A. ("Simarc"); PT Ventures, SGPS, S.A. ("PT Ventures"); PT Inovação, S.A. ("PT Inovação"); Telemática – Consultores de Telecomunicações e Informática, Lda.; Directel – Listas Telefónicas Internacionais, Lda.; PT Prime, SGPS, S.A. ("PT Prime SGPS"); PT Móveis, SGPS, S.A. ("PT Móveis"); PT Pro - Serviços Administrativos e de Gestão Partilhados, S.A. ("PT Pro"); PT Meios – Serviços de Publicidade e Marketing, S.A. ("PT Meios"); PT-Sistemas de Informação, S.A. ("PT SI"); PT Compras - Serviços de Consultoria e Negociação, S.A. ("PT Compras"); PT Corporate - Soluções Empresariais de Telecomunicações e Sistemas, S.A. ("PT Corporate"); PT Acessos de Internet Wi-Fi, S.A. ("PT Wi-Fi"); PT Investimentos Internacionais – Consultoria Internacional, S.A.; e PT Prestações – Mandatária de Aquisições e Gestão de Bens, S.A.

- (b) De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correcção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social, sendo que para as quotizações e contribuições relativas a exercícios anteriores a 2001 o prazo era de dez anos). O Conselho de Administração da Empresa, suportado nas informações dos seus serviços de assessoria fiscal, entende que eventuais revisões e correcções dessas declarações fiscais não terão um

efeito significativo nas demonstrações financeiras em 30 de Junho de 2005, considerando as provisões constituídas e as expectativas de resolução das situações existentes à presente data.

- (c) Em sede de Imposto Sobre o Valor Acrescentado ("IVA"), a Empresa utiliza o método da afectação real e da percentagem de dedução para a determinação do imposto a deduzir.
- (d) Em consequência da adopção da política contabilística de reconhecimento de impostos diferidos resultantes das diferenças temporárias entre o resultado contabilístico e o fiscal, em 30 de Junho de 2005, foram reconhecidos activos e passivos por impostos diferidos nos montantes de, respectivamente, 258.539.868 Euros e 273.768.191 Euros. O detalhe dos saldos e movimentos ocorridos no semestre findo em 30 de Junho de 2005 foi o seguinte:

	Aumentos / (Reduções)			
	Saldo inicial	Utilização do crédito fiscal (i)	Resultado Líquido	Outros movimentos (ii)
Activos por impostos diferidos				
Provisões	3.541.687	-	876.024	-
Prejuízos fiscais reportáveis	351.590.474	(113.635.427)	-	2.858.356
Instrumentos financeiros	15.386.369	-	(4.602.115)	-
Outros	2.524.500	-	-	-
	<u>373.043.030</u>	<u>(113.635.427)</u>	<u>(3.726.091)</u>	<u>2.858.356</u>
Passivos por impostos diferidos				
Mais-valias fiscais com tributação suspensa	267.791.061	-	-	-
Outros	6.296.680	-	(319.550)	-
	<u>274.087.741</u>	<u>-</u>	<u>(319.550)</u>	<u>-</u>
		<u>(113.635.427)</u>	<u>(3.406.541)</u>	

- (i) Este montante refere-se à utilização dos prejuízos fiscais gerados em exercícios anteriores, como segue:

Estimativa de imposto corrente das subsidiárias incluídas no RETGS (Nota 16)	124.699.204
Estimativa de imposto corrente da PT SGPS individual:	
Prejuízo fiscal apurado no exercício	(4.683.073)
Ajustamentos de partes de capital em filiais e associadas (Nota 40)	2.920.756
Poupança fiscal do consolidado (Nota 45.d))	(8.748.060)
Ajustamentos à colecta	(553.400)
	<u>113.635.427</u>

- (ii) Os outros movimentos ocorridos nesta rubrica incluem 2.858.356 Euros referentes à insuficiência líquida de estimativa de IRC de 2004 apurada no consolidado fiscal da Portugal Telecom, a qual inclui a insuficiência de estimativa de 22.976 Euros (Nota 46.b)) apurada pela Portugal Telecom individualmente.

A reconciliação entre a taxa nominal de imposto e o imposto sobre o rendimento registado na demonstração dos resultados, é como segue:

Resultados antes de impostos	210.804.429
Taxa nominal de imposto	27,5%
Imposto esperado	<u>57.971.218</u>
Diferenças permanentes (a)	(59.301.966)
Ajustamentos à colecta	<u>54.216</u>
	<u>(1.276.532)</u>
Taxa efectiva de imposto	<u>(0,6%)</u>
O imposto sobre o rendimento tem a seguinte composição:	
Imposto corrente	(4.683.073)
Imposto diferido	<u>3.406.541</u>
	<u>(1.276.532)</u>

(a) As diferenças permanentes apresentam a seguinte composição:

Efeito da aplicação do método da equivalência patrimonial (Nota 45.b) e d))	(227.907.029)
Amortização do <i>goodwill</i> (Nota 45.c))	14.242.877
Poupança fiscal do consolidado (Nota 45.d))	(8.748.060)
Ajustamentos a empréstimos concedidos em empresas do Grupo e associadas (Nota 45.d))	4.502.043
Outras	<u>2.266.658</u>
	(215.643.511)
Taxa nominal de imposto	27,5%
	<u>(59.301.966)</u>

7. Número Médio de Pessoal

No semestre findo em 30 de Junho de 2005, o número médio de pessoal ao serviço da Empresa, que em grande parte é cedido por empresas do grupo, é o seguinte:

Pessoal da Portugal Telecom:	
Efectivos	60
Contratados a termo certo	3
Pessoal cedido por empresas do Grupo:	
PT Comunicações	58
Outras empresas	3
	<u>124</u>

As responsabilidades com pensões de reforma relativas a empregados cedidos por outras empresas do grupo foram assumidas directamente pelas empresas cedentes, sendo o respectivo custo debitado à Portugal Telecom e incluído na rubrica "Custos com o pessoal".

9. Amortizações de Trespases

Em 30 de Junho de 2005, a rubrica de trespases (*goodwill*) tem a seguinte composição (Nota 10.a)):

	Valor bruto	Amortização Acumulada	Valor líquido
PT-Multimédia, SGPS, S.A. ("PT Multimédia")	199.585.520	37.906.484	161.679.036
PT.com - Comunicações Interactivas, S.A. ("PT.com")	173.465.618	23.851.522	149.614.096
Páginas Amarelas, S.A. ("Páginas Amarelas")	89.338.063	12.283.984	77.054.079
PT Prime-Soluções Empresariais de Telecomunicações e Sistemas, S.A. ("PT Prime")	33.817.393	4.227.174	29.590.219
Lusomundo Media, SGPS, S.A. ("Lusomundo Media")	8.465.045	1.058.131	7.406.914
Web-Lab, SGPS, S.A. ("Web-Lab")	8.179.594	817.959	7.361.635
PT-Sistemas de Informação ("PT SI")	8.081.262	7.256.893	824.369
	<u>520.932.495</u>	<u>87.402.147</u>	<u>433.530.348</u>

O *goodwill* decorrente das aquisições de investimentos financeiros é amortizado pelo método das quotas constantes no período esperado de recuperação do investimento, no máximo de 20 anos.

10. Activo Imobilizado

a) Imobilizações incorpóreas e corpóreas

Os movimentos ocorridos no semestre findo em 30 de Junho de 2005 no valor de custo das imobilizações incorpóreas e corpóreas, bem como nas respectivas amortizações acumuladas, são os seguintes:

	Imobilizado bruto				
	Saldo inicial	Aumentos	Alienações	Transferências e abates	Saldo final
Imobilizações incorpóreas:					
Despesas de investigação e desenvolvimento	2.764.812	3.570	-	-	2.768.382
Propriedade industrial e outros direitos	270.216	-	-	-	270.216
Trespases (Nota 9)	520.932.495	-	-	-	520.932.495
Imobilizações incorpóreas em curso	1.066.032	250.255	-	195.395	1.511.682
	<u>525.033.555</u>	<u>253.825</u>	<u>-</u>	<u>195.395</u>	<u>525.482.775</u>
Imobilizações corpóreas:					
Equipamento de transporte	3.165.125	71.000	(117.320)	-	3.118.805
Ferramentas e utensílios	574	-	-	-	574
Equipamento administrativo	2.972.462	65.833	(3.080)	(4.390)	3.030.825
Outras imobilizações corpóreas	1.137.722	-	-	-	1.137.722
Imobilizações corpóreas em curso	198.965	(3.570)	-	(195.395)	-
	<u>7.474.848</u>	<u>133.263</u>	<u>(120.400)</u>	<u>(199.785)</u>	<u>7.287.926</u>
	Amortizações acumuladas				
	Saldo inicial	Aumentos	Alienações	Abates	Saldo final
Imobilizações incorpóreas:					
Despesas de investigação e desenvolvimento	1.111.598	460.524	-	-	1.572.122
Propriedade industrial e outros direitos	141.937	41.725	-	-	183.662
Trespases (Notas 9 e 45.c))	73.159.270	14.242.877	-	-	87.402.147
	<u>74.412.805</u>	<u>14.745.126</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>89.157.931</u>
Imobilizações corpóreas:					
Equipamento de transporte	1.448.342	364.329	(92.858)	-	1.719.813
Ferramentas e utensílios	551	24	-	(1)	574
Equipamento administrativo	1.287.728	342.174	(1.604)	(2.793)	1.625.506
Outras imobilizações corpóreas	90.292	22.682	-	-	112.974
	<u>2.826.913</u>	<u>729.209</u>	<u>(94.462)</u>	<u>(2.794)</u>	<u>3.458.867</u>

b) Investimentos financeiros

Os movimentos ocorridos no semestre findo em 30 de Junho de 2005 nas rubricas de investimentos financeiros, foram os seguintes:

	Saldo inicial	Aplicação da equivalência patrimonial (i)	Distribuição de dividendos e reservas (ii)	Aumentos (iii)	Ajustamentos / Transferências (iv)	Reduções (v)	Saldo final (Nota 16)
Partes de capital em empresas do grupo	1.672.586.174	695.625.953	(565.449.140)	-	-	(127.502)	1.802.635.485
Empréstimos a empresas do grupo	2.693.368.446	-	-	399.589.358	13.935.999	(49.911.432)	3.056.982.371
Partes de capital em empresas associadas	5.144.383	441.796	(3.526.280)	-	-	-	2.059.899
Empréstimos a empresas associadas	113.309.565	-	-	-	9.861.526	(1.637)	123.169.454
Partes de capital em outras empresas	65.758.730	-	-	1.895.470	(1.162.000)	-	66.492.200
Outros empréstimos concedidos	3.572.662	-	-	-	-	1.638	3.574.300
Adiantamento por conta de investimentos financeiros	-	-	-	1.350.000	-	-	1.350.000
	4.553.739.960	696.067.749	(568.975.420)	402.834.828	22.635.525	(50.038.933)	5.056.263.709
Ajustamento a investimentos financeiros	(48.081.874)	-	-	(4.502.043)	(4.978.464)	-	(57.562.381)
	<u>4.505.658.086</u>	<u>696.067.749</u>	<u>(568.975.420)</u>	<u>398.332.785</u>	<u>17.657.061</u>	<u>(50.038.933)</u>	<u>4.998.701.328</u>

- (i) Os movimentos em investimentos financeiros resultantes da aplicação do método da equivalência patrimonial foram registados por contrapartida das seguintes rubricas:

Aumentos:

Ganhos em empresas do grupo e associadas (Nota 45.d))	244.353.343
Ajustamentos de partes de capital em filiais e associadas (Nota 40)	539.441.715

Diminuições:

Perdas em empresas do grupo e associadas (Nota 45.b))	(1.722.017)
Ajustamentos de partes de capital em filiais e associadas (Nota 40)	(86.005.292)
	<u>696.067.749</u>

- (ii) Os dividendos e reservas distribuídos por empresas do grupo, associadas e outras, têm a seguinte composição:

TMN (Nota 55.b))	281.568.975
PT Comunicações (Nota 16)	228.869.876
PT Multimédia (Nota 55.b))	45.152.425
PT Prime (Nota 16)	9.778.846
Páginas Amarelas (Nota 55.b))	3.526.280
Previsão (Nota 55.b))	79.018
	<u>568.975.420</u>

- (iii) Os aumentos ocorridos nas rubricas de “Empréstimos a empresas do grupo”, foram como segue (Nota 55.d)):

TMN	350.000.000
PT PRO	44.445.000
PT Wi-Fi	3.015.000
PT II	2.000.000
Web-Lab	129.358
	<u>399.589.358</u>

O aumento ocorrido na rubrica “Títulos e outras aplicações financeiras” refere-se a aquisição de uma participação de 5,85% no fundo de *private equity* da Irís Capital (Nota 55.d)).

- (iv) Os Ajustamentos/transferências ocorrido nas rubricas de “Empréstimos a empresas do grupo” e “Empréstimos a empresas associadas” referem-se essencialmente a actualização cambial das

Debentures UOL no montante de 9.861.526 Euros, bem como a uma reclassificação dos empréstimos concedidos à PT PRO de curto prazo para médio e longo prazo no montante de 12.000.000 Euros (Nota 55.a)).

- (v) A redução ocorrida na rubrica "Partes de Capital em empresas do grupo" refere-se a liquidação da PT North América.

As reduções ocorridas na rubrica "Empréstimos a empresas do grupo" referem-se ao reembolso dos empréstimos concedidos às seguintes empresas (Nota 55.a)):

PT Ventures	10.966.432
PT Inovação	33.945.000
PT Pro	5.000.000
	<u>49.911.432</u>

c) Recuperabilidade dos investimentos financeiros

A Portugal Telecom, suportada nos planos de negócios das empresas participadas e nos resultados previsionais aí considerados, entende que, em 30 de Junho de 2005, o valor contabilístico dos seus investimentos financeiros em empresas do grupo e associadas (incluindo o valor do *goodwill*, líquido de amortizações acumuladas) não excede o respectivo valor estimado de realização (*Fair Value*).

15. Locação Financeira

Em 30 de Junho de 2005, a Empresa dispunha de equipamento de transporte em regime de locação financeira, sendo as suas responsabilidades como locatária, relativas a rendas vincendas, as seguintes:

	Capital	Juros	Total
2005 (segundo semestre)	312.089	17.146	329.235
2006 (primeiro semestre)	286.402	12.743	299.145
2006 (segundo semestre)	264.224	7.418	271.642
2007	302.955	7.915	310.870
2008	140.023	2.043	142.066
2009	11.678	63	11.741
	<u>1.317.371</u>	<u>47.328</u>	<u>1.364.699</u>

16. Empresas do Grupo e Associadas

Em 30 de Junho de 2005, a principal informação financeira respeitante às empresas do grupo, era como segue:

Denominação	Sede	Capitais próprios	Resultado líquido	Percentagem de participação	Valor da participação (Nota 10)	Provisão (Nota 34)
PT Comunicações SA	(a) Rua Andrade Corvo, 6	1.456.202.726	148.290.572	100,00%	507.236.535	-
TMN – Telecomunicações Móveis Nacionais, S.A.	(b) Av.5 Outubro, 208	1.305.894.522	59.747.086	100,00%	625.589.435	-
PT Prime, SA	R. Entrecampos, nº 28 - Lisboa	51.960.873	12.262.128	100,00%	51.960.873	-
PT Prime, SGPS, S.A. – Soluções Empresariais de Telecomunicações e Sistemas	(c) R. Entrecampos, nº 28 - Lisboa	26.308.589	314.466	100,00%	-	366.910.956
PT Ventures SGPS, S.A.	(d) R. Entrecampos, nº 28 - Lisboa	105.410.675	18.186.712	100,00%	-	138.423.703
PT Brasil	R.Sampaio Viana, 277-5º Paraíso - S.Paulo	56.755.823	7.897.902	99,95%	56.727.997	-
PT Ásia	Rua Pedro José Lobo, 1-3 Macau	(8.098.879)	(2.364.917)	95,92%	-	7.768.445
Portugal Telecom Inovação, S.A.	(e) R. Engº José Ferreira Pinto Basto - Aveiro	18.787.472	2.229.242	100,00%	16.293.483	-
PT – Sistemas de Informação, S.A.	(f) Urb., Tagusparque –Parque da Ciência e Tecnologia de Oeiras, Lote 35 - Porto Salvo - Oeiras	13.488.368	(1.994.574)	99,80%	-	1.038.521
Portugal Telecom Europa, S.P.R.L.	(g) Blue Tower – 324 – Av. Louise, BTE 16º floor - Bélgica - 1050 Bruxelas	171.656	-	98,67%	169.373	-
PT Multimédia – Serviços de Telecomunicações e Multimédia, SGPS, S.A.	Av. Fontes Pereira de Melo, nº 40 -Lisboa	354.061.291	6.641.326	58,43%	206.883.078	-
PT Pro, Serviços Administrativos e de Gestão Partilhados, SA	(h) R. Entrecampos, nº 28 - Lisboa	27.235.069	(8.476.277)	100,00%	-	28.795.843
PT.com	(i) Av. 5 de Outubro, nº 206 2º - Lisboa	180.351.679	(10.526.877)	100,00%	-	365.829.449
PT Wi-Fi	(j) Av. Fontes Pereira de Melo, nº 40 -Lisboa	916.123	(2.193.634)	100,00%	-	6.083.877
Lusomundo Media	Av. Liberdade, 266, 4º 1250-149 Lisboa	(664.754)	(5.407.906)	5,94%	-	39.486
Simarc – Sociedade de Gestão e Investimento Imobiliário, S.A.	R. Tenente Espanca, nº 35 - Lisboa	27.831.725	(488.210)	100,00%	27.831.725	-
Previsão – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A.	Av. República, 50, 6º	4.770.188	37.374	78,12%	3.726.471	-
Portugal Telecom Internacional Finance B.V.	Strawinkylaan 3105, 7º floor - Amsterdam	306.216.504	9.637.024	100,00%	306.216.504	-
PT Meios, S.A.	(k) Av. Fontes Pereira de Melo, nº 40 -Lisboa	(3.260.959)	(899.896)	100,00%	-	5.080.959
PT Compras	(l) R. Entrecampos, nº 28 - Lisboa	(8.451.834)	(2.539.368)	100,00%	-	12.351.834
PT Corporate	Av. Fontes Pereira de Melo, nº 40 -Lisboa	(693.893)	(355.535)	100,00%	-	693.893
PT Investimentos Internacionais SGPS, SA	(m) Av. Fontes Pereira de Melo, nº 40 -Lisboa	(2.892.159)	(5.169.152)	100,00%	-	7.892.159
Weblab, SGPS, S.A.	Rua do Noronha, nº 1 Lisboa	(16.274.332)	51.407	92,30%	11 <u>1.802.635.485</u>	15.021.209 <u>955.930.334</u>
Partes de capital em empresas associadas:						
Páginas Amarelas	Av.Republica, 50, 6º	8.281.000	1.775.000	24,88%	2.059.898	-
Sportinveste Multimédia		30.023.170	1.775.000	50,00%	1 <u>2.059.899</u>	- <u>-</u>

-
- (a) A rubrica capitais próprios inclui prestações acessórias no montante de 948.966.191 euros.
- (b) A rubrica capitais próprios inclui prestações acessórias no montante de 680.305.087 euros.
- (c) A rubrica capitais próprios inclui prestações acessórias no montante de 393.219.545 euros. Na aplicação da equivalência patrimonial a esta participada é anulada uma mais-valia gerada em 2002 na alienação da Megamédia para a PT SI.
- (d) A rubrica capitais próprios inclui prestações acessórias no montante de 243.834.378 euros.
- (e) A rubrica capitais próprios inclui prestações acessórias no montante de 2.493.989 euros.
- (f) A rubrica capitais próprios inclui prestações acessórias no montante de 14.528.970 euros.
- (g) As últimas demonstrações financeiras disponíveis relativamente a esta participação reportam a 31 de Dezembro de 2002.
- (h) A rubrica capitais próprios inclui prestações acessórias no montante de 56.030.912 euros.
- (i) A rubrica capitais próprios inclui prestações acessórias no montante de 546.181.128 euros.
- (j) A rubrica capitais próprios inclui prestações acessórias no montante de 7.000.000 euros.
- (k) A rubrica capitais próprios inclui prestações acessórias no montante de 1.820.000 euros.
- (l) A rubrica capitais próprios inclui prestações acessórias no montante de 3.900.000 euros.
- (m) A rubrica capitais próprios inclui prestações acessórias no montante de 5.000.000 euros.

Em 30 de Junho de 2005, as rubricas de “Partes de capital em empresas associadas” e “Partes de capital em outras empresas” têm a seguinte composição (Nota 10.b)):

BES - Banco Espírito Santo, S.A.	54.138.000
Média Capital	6.960.000
Páginas Amarelas	2.059.899
Inesc	1.995.192
Taguspark	1.296.875
Outras	2.102.133
	<hr/>
	68.552.099
Ajustamento a investimentos financeiros (Nota 10.b))	(1.995.192)
	<hr/>
	66.556.907
	<hr/>

Em 30 de Junho de 2005, os empréstimos a empresas do grupo têm a seguinte composição (Nota 10.b)):

Prestações acessórias e suplementares concedidas:

PT Comunicações	948.966.191
TMN	680.305.087
PT.Com	546.181.128
PT Prime SGPS	393.219.545
PT Ventures	243.834.378
PT PRO	56.030.912
PT SI	14.528.970
PT Wi-Fi	7.000.000
PT II	5.000.000
PT Compras	3.900.000
PT Inovação	2.493.989
PT Meios	1.820.000
	<u>2.903.280.200</u>

Empréstimos de financiamento:

PT Multimédia	67.257.261
PT PRO	14.000.000
PT Prime SA	29.354.145
PT Ventures	8.431.336
PT Inovação	9.824.925
Web Lab	6.814.119
Ptelecom Brasil	6.765.116
PT Ásia	5.201.547
Mobitel	5.553.722
PT Brasil	500.000
	<u>153.702.171</u>
	<u>3.056.982.371</u>

Em 30 de Junho de 2005, os empréstimos concedidos a empresas associadas e outras têm a seguinte composição (Nota 10.b)):

UOL, Inc ("UOL") (a)	87.850.786
Sportinveste (b)	35.318.668
INESC (c)	3.292.066
Outras empresas	282.234
	<u>126.743.754</u>
Ajustamento a investimentos financeiros (Nota 10.b))	<u>(55.567.189)</u>
	<u>71.176.565</u>

(a) O empréstimo concedido à UOL foi adquirido à PT Multimédia em 28 de Junho de 2002, estando titulado por 6.017.141 obrigações convertíveis emitidas por aquela empresa, ao respectivo valor nominal acrescido dos juros acumulados até àquela data. Em 30 de Junho de 2005 este empréstimo encontra-se provisionado por um montante de 44.350.340 euros.

(b) Esta rubrica inclui prestações acessórias no montante de 30.023.168 euros (Nota 18) e suprimentos no montante de 5.295.500 euros.

(c) Este empréstimo encontra-se totalmente provisionado em 30 de Junho de 2005.

Em 30 de Junho de 2005, as contas a receber de curto prazo de empresas do Grupo, têm o seguinte detalhe:

Empréstimos concedidos:	
PT Móveis	182.888.312
PT Multimédia	97.951.029
PT Compras	5.710.000
PT SI	3.000.000
PT Meios	1.940.000
	<u>291.489.341</u>
Valor a receber das empresas do Grupo por efeito da consolidação fiscal (a)	<u>124.414.269</u>
Dividendos a receber	
PT Comunicações (Nota 10.b))	228.869.876
PT Prime (Nota 10.b))	9.778.846
	<u>238.648.722</u>
Outros valores a receber relativos a operações correntes:	
PT Comunicações	18.557.089
PT Ásia	8.731.055
Telesp Celular	8.589.585
Telesp Celular Participações	6.534.637
PT Ventures	5.967.616
PT Brasil	5.693.636
TMN	5.481.669
PT II	3.793.048
Brasilcel	3.296.608
PT Pro	2.770.280
PTM	2.550.807
PT Prime SGPS	1.671.784
PT.Com	3.363.902
TV Cabo Portugal	1.176.972
PT SI	1.174.202
Lusomundo Media	1.124.941
PT Corporate	1.072.772
PT Compras	698.863
PT Inovação	594.448
PT Prime SA	472.960
PT Wi-Fi	418.653
PT Contact	406.204
Outras	1.667.874
	<u>85.809.605</u>
	<u>740.361.937</u>

(a) Este valor inclui essencialmente a colecta de IRC apurada pelas empresas incluídas no consolidado fiscal no montante de 124.699.004 (Nota 6).

Em 30 de Junho de 2005, as contas a pagar de curto prazo a empresas do Grupo, têm o seguinte detalhe:

Empréstimos obtidos:	
TMN	228.862.402
PT.Com	190.007.264
PT Comunicações	32.000.000
PT Prime SGPS	22.000.000
PTI Finance BV	10.045.494
PT PRO	2.000.000
PT Móveis	1.636.953
PT Wi-Fi	1.000.000
	<u>487.552.113</u>
Outros valores a pagar relativos a operações correntes:	
PT Comunicações	26.739.594
PT Prime SA	2.169.001
PT.Com	1.306.019
TMN	1.298.313
PT Pro	899.943
Global Notícias	738.284
PT II	219.229
PT Ventures	195.725
PT Multimédia	150.505
TV Cabo Portugal SA	142.954
PT Prime SGPS	133.114
PT Inovação	124.893
Primesys	97.022
Telesp Celular	64.857
PT Contact	83.437
Global Notícias	54.567
Outras	21.769
	<u>34.439.226</u>
	<u>521.991.339</u>

18. Garantias Prestadas a Empresas Participadas

Em 30 de Junho de 2005, a Empresa tinha prestado cartas conforto a favor de terceiros relativas às seguintes situações:

- Emissão de uma carta conforto ao Banco Comercial Português a favor da Mobitel – Telecomunicações, S.A., para obtenção de uma linha de crédito no montante de 15 milhões de dólares americanos, a qual à data de 30 de Junho de 2005 apresentava uma utilização de 8.641.973 dólares americanos, correspondente a 7.114.365 euros.
- Emissão de uma Fiança ao Serviço de Finanças de Lisboa a favor da Companhia Portuguesa Rádio Marconi, S.A., actualmente incorporada na PT Comunicações, correspondente a dívidas exequendas no valor de 16.500.043 euros.
- Emissão de uma carta de conforto ao Crédito Predial Português, S.A. a favor da Simarc relativamente a uma garantia bancária até ao limite de 423.895 euros.
- Emissão de uma fiança ao Serviço de Finanças de Lisboa a favor da PT Comunicações, correspondente a dívidas de IRC de 2000 e 2001, no montante de 2.750.704 euros.

Adicionalmente, a PT SGPS e os restantes accionistas da Sportinveste celebraram um Acordo Parassocial, pelo qual a PT SGPS se comprometeu a conceder prestações acessórias até ao montante máximo de

40.000.000 euros. Em 30 de Junho de 2005, a PT SGPS tinha concedido prestações acessórias à Sportinveste no montante de 30.023.168 euros (Nota 16).

19. Valores de Mercado do Activo Circulante

Em 30 de Junho de 2005, não havia diferenças significativas nos valores das rubricas do activo circulante, calculadas de acordo com os critérios valorimétricos adoptados pela Empresa (Nota 3) e o respectivo valor de mercado, que não estivessem cobertas pelas provisões constituídas.

29. Dívidas a Terceiros a mais de Cinco Anos

Em 30 de Junho de 2005, as dívidas a terceiros com vencimento a mais de cinco anos ascendem a 1.679.456.299 euros (Nota 48.e)).

34. Movimentos Ocorridos nas Provisões

Os movimentos ocorridos no semestre findo em 30 de Junho de 2005 nas rubricas de provisões foram os seguintes:

	Saldo inicial	Aumentos	Reduções	Saldo final
Provisões:				
Provisão para impostos	13.975.284	311.000	-	14.286.284
Outras provisões:				
Perdas em investimentos financeiros (Nota 16) (a)	947.418.003	36.329.206	(27.816.875)	955.930.334
	<u>961.393.287</u>	<u>36.640.206</u>	<u>(27.816.875)</u>	<u>970.216.618</u>

- (a) A provisão para perdas em investimentos financeiros resulta da aplicação do método da equivalência patrimonial, reflectindo os capitais próprios negativos de empresas do grupo e associadas. Os movimentos ocorridos durante o semestre findo em 30 de Junho de 2005 foram registados por contrapartida das seguintes rubricas:

Aumentos:	
Perdas em empresas do grupo e associadas (Nota 45.b))	33.507.174
Ajustamentos de partes de capital em filiais e associadas (Nota 40)	2.822.032
	<u>36.329.206</u>
Reduções:	
Ganhos em empresas do grupo e associadas (Nota 45.d))	18.782.877
Ajustamentos de partes de capital em filiais e associadas (Nota 40)	9.033.998
	<u>27.816.875</u>

36. Composição do Capital

Em 30 de Junho de 2005, o capital da Empresa ascendia a 1.166.485.050 euros (Nota 40) e estava representado por 1.166.484.550 acções ordinárias e 500 acções de Categoria A.

As acções de Categoria A são detidas na sua totalidade pelo Estado Português e, nos termos dos estatutos da Empresa, conferem direitos especiais que consistem em, por maioria de votos dessas mesmas acções, votar ou vetar determinados actos dos accionistas da Portugal Telecom, incluindo os seguintes:

- Eleição de um terço do número total de administradores, que compreenderá o Presidente do Conselho de Administração;
- Autorização de distribuição de dividendos superiores a 40% dos lucros distribuíveis;
- Aumentos de capital e outras alterações aos estatutos;
- Emissão de obrigações e outros títulos de crédito;
- Autorização para que um accionista que exerça, directa ou indirectamente, uma actividade concorrente da Portugal Telecom possa ser titular de Acções Ordinárias representativas de mais de 10% do capital da empresa (Nota Introdutória);
- Alteração dos objectivos gerais e dos princípios fundamentais das políticas e opções estratégicas da Portugal Telecom, nomeadamente relativas à tecnologia a adoptar, desenvolvimento das redes e prestação de serviço;
- Definição dos princípios gerais da política de participação em sociedades, incluindo a autorização de aquisições e alienações.

40. Movimentos nas Rubricas de Capital Próprio.

Durante o primeiro semestre de 2005, os movimentos verificados nas rubricas de capital próprio, foram como segue:

	Saldo inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo final
Capital (Nota 36)	1.166.485.050	-	-	1.166.485.050
Acções próprias:				
Valor nominal	-	(37.628.550)	-	(37.628.550)
Descontos e prêmios	-	(302.827.338)	-	(302.827.338)
Prêmios de emissão de acções	91.704.891	-	-	91.704.891
Ajustamentos de partes de capital em filiais e associadas	328.139.280	554.137.469	(124.177.103)	758.099.646
Reserva legal	154.225.075	25.004.286	-	179.229.361
Outras reservas	93.643.594	340.455.888	-	434.099.482
Resultados transitados	370.456.302	112.413.292	(340.555.501)	142.314.093
Resultado líquido do exercício/semestre	500.085.704	212.080.961	(500.085.704)	212.080.961
	<u>2.704.739.896</u>	<u>903.636.008</u>	<u>(964.818.308)</u>	<u>2.643.557.596</u>

Acções próprias

No semestre findo em 30 de Junho de 2005, o movimento nesta rubrica foi o seguinte:

	N.º acções	Valor nominal	Descontos e prêmios	Valor
Saldo inicial	-	-	-	-
Compras	37.628.550	37.628.550	302.827.338	340.455.888
Saldo Final	<u>37.628.550</u>	<u>37.628.550</u>	<u>302.827.338</u>	<u>340.455.888</u>

Prêmios de emissão de acções

Os prêmios de emissão de acções resultam de ágios obtidos com aumentos de capital. Conforme dispõe a legislação em vigor aplicável às sociedades emitentes de acções admitidas à negociação em mercados regulamentados sujeitos à supervisão da Comissão do Mercado de Valores Mobiliários, os valores englobados nesta rubrica só podem ser utilizados para aumentar o capital ou absorver resultados transitados negativos (sem necessidade de prévia utilização de outras reservas), não podendo ser utilizados para atribuição de dividendos ou para aquisição de acções próprias.

Ajustamentos de partes de capital em filiais e associadas

A variação verificada nesta rubrica resulta: (i) da diferença entre os resultados do exercício de 2004 das empresas participadas, que advêm da aplicação do método da equivalência patrimonial, e os resultados distribuídos por essas empresas durante o semestre findo em 30 de Junho de 2005, registada por contrapartida de resultados transitados; (ii) de variações cambiais nos empréstimos intra-grupo de médio e longo prazo em moeda estrangeira, que na prática constituem uma extensão dos investimentos financeiros (Nota 3.j)) e respectivo imposto sobre o rendimento (Nota 3.h)); e (iii) de variações nos capitais próprios das empresas do grupo, que não as resultantes do resultado líquido do período e que respeitam fundamentalmente às variações cambiais decorrentes da conversão das demonstrações financeiras das participadas localizadas no Brasil.

Deste modo, o movimento ocorrido nesta rubrica no primeiro semestre de 2005 foi como segue:

	Variações positivas	Variações negativas	Total
Resultados não atribuídos	19.289	-	19.289
Variações decorrentes dos empréstimos e instrumentos financeiros relacionados com investimentos financeiros (Nota 3.jj):			
Variações cambiais	5.642.467	-	5.642.467
Imposto corrente (Nota 6)	-	(2.920.756)	(2.920.756)
Atribuição de reservas pela PT Multimédia (Nota 55.c))	-	(32.416.865)	(32.416.865)
Equivalência patrimonial (a)	548.475.713	(88.827.324)	459.648.389
Outros	-	(12.158)	(12.158)
	<u>554.137.469</u>	<u>(124.177.103)</u>	<u>429.960.366</u>

(a) Os ajustamentos relacionados com a equivalência patrimonial encontram-se registados por contrapartida das seguintes rubricas:

	Variações positivas	Variações negativas	Total
Investimentos financeiros (Nota 10.b))	539.441.715	(86.005.292)	453.436.423
Provisão para perdas em investimentos financeiros (Notas 3.c) e 34.a))	9.033.998	(2.822.032)	6.211.966
	<u>548.475.713</u>	<u>(88.827.324)</u>	<u>459.648.389</u>

A variação desta rubrica inclui o efeito dos ajustamentos de conversão cambial das demonstrações financeiras de empresas do grupo e associadas localizadas no estrangeiro, essencialmente os investimentos financeiros localizados no Brasil, em virtude da desvalorização do Euro face ao Real durante o primeiro semestre de 2005.

Reserva legal

A legislação comercial e os estatutos da Empresa estabelecem que, pelo menos, 5% do resultado líquido anual tem de ser destinado ao reforço da reserva legal, até que esta represente pelo menos 20% do capital. Esta reserva não é distribuível a não ser em caso de liquidação da Empresa, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos, depois de esgotadas todas as outras reservas, ou para incorporação no capital.

Outras reservas

A variação verificada nesta rubrica durante o primeiro semestre de 2005 tem a seguinte composição:

	Saldo Inicial	Aumentos	Saldo Final
Reservas livres	5.843.644	-	5.843.644
Reserva de acções próprias	-	340.455.888	340.455.888
Reservas de acções canceladas	87.799.950	-	87.799.950
	<u>93.643.594</u>	<u>340.455.888</u>	<u>434.099.482</u>

A rubrica "Reserva de acções próprias" corresponde à reserva indisponível exigida pelo Código das Sociedades Comerciais, que deverá ser constituída pelo valor equivalente ao valor das acções próprias em carteira (incluindo prémios de emissão). No primeiro semestre de 2005, o reforço desta rubrica

corresponde ao valor das acções próprias adquiridas, tendo sido constituído por contrapartida da rubrica de resultados transitados.

Resultados Transitados

As variações ocorridas nesta rubrica durante o primeiro semestre de 2005, resultam dos seguintes movimentos:

	Variações positivas	Variações negativas	Total
Atribuição de reservas pela PT Multimédia	32.416.865	-	32.416.865
Resultados não atribuídos	-	(19.289)	(19.289)
Aplicação do resultado líquido do exercício de 2004	79.996.418	-	79.996.418
Reserva de Acções Próprias	-	(340.455.888)	(340.455.888)
Entrega de acções aos colaboradores	-	(80.324)	(80.324)
Outros	9	-	9
	<u>112.413.292</u>	<u>(340.555.501)</u>	<u>(228.142.209)</u>

Resultado Líquido

Nos termos aprovados pela Assembleia Geral de 29 de Abril de 2005, o resultado líquido do exercício de 2004, no montante de 500.085.704, foi aplicado da seguinte forma:

Distribuição de dividendos	395.085.000
Resultados transitados	79.996.418
Reserva Legal	25.004.286
	<u>500.085.704</u>

43. Remuneração dos Membros dos Órgãos Sociais

As remunerações auferidas pelos membros dos órgãos sociais nos semestres findos em 30 de Junho de 2005 e 2004, foram as seguintes:

	2005		2004	
	Fixa	Variável	Fixa	Variável
Administradores Executivos	1.652.711	4.184.129	1.591.571	3.176.378
Administradores não Executivos	1.082.674	398.489	912.362	662.372
Conselho fiscal	25.167	-	24.514	-
Mesa da Assembleia Geral	2.483	-	2.920	-
	<u>2.763.036</u>	<u>4.582.618</u>	<u>2.531.367</u>	<u>3.838.750</u>

45. Demonstrações dos resultados financeiros

Nos semestres findos em 30 de Junho de 2005 e 2004, os resultados financeiros apresentam a seguinte composição:

	2005	2004
Custos e perdas		
Juros suportados (a)	55.721.961	55.522.849
Perdas em empresas do grupo e associadas (b)	35.229.191	29.417.001
Diferenças de câmbio desfavoráveis	393.657	603.089
Outros custos e perdas financeiros (c)	25.082.814	20.287.298
	<u>116.427.623</u>	<u>105.830.237</u>
Resultados financeiros	<u>241.328.999</u>	<u>335.589.366</u>
	<u><u>357.756.622</u></u>	<u><u>441.419.603</u></u>
Proveitos e ganhos		
Ganhos em empresas do grupo e associadas (d)	271.884.280	378.385.509
Juros obtidos (e)	25.404.790	36.525.594
Diferenças de câmbio favoráveis	2.946.642	2.413.236
Rendimentos de participações de capital	2.059.386	1.398.689
Outros proveitos e ganhos financeiros (f)	55.461.524	22.696.575
	<u>357.756.622</u>	<u>441.419.603</u>

(a) No primeiro semestre de 2005, esta rubrica inclui essencialmente juros de empréstimos externos (bancários e papel comercial), no montante de 46.211.925 euros, bem como juros relativos à emissão de obrigações convertíveis e não convertíveis, no montante de 3.869.879 euros, e de papel comercial interno no montante de 1.954.342 euros.

(b) No primeiro semestre de 2005, as perdas em empresas do grupo e associadas, decorrentes da aplicação do método da equivalência patrimonial no reconhecimento da quota parte nos respectivos resultados líquidos negativos, são conforme segue:

	Investimentos financeiros (Nota 10.b))	Provisões para perdas em investimentos financeiros (Nota 34)	Total
PT.Com	-	10.526.877	10.526.877
PT Pro	-	8.476.277	8.476.277
PT II	-	5.169.152	5.169.152
PT Asia	-	2.268.428	2.268.428
PT Compras	-	2.539.368	2.539.368
PT Wi Fi	-	2.193.634	2.193.634
PT SI	952.065	1.038.520	1.990.585
PT Meios	-	899.896	899.896
Outras	769.952	395.022	1.164.974
	<u>1.722.017</u>	<u>33.507.174</u>	<u>35.229.191</u>

(c) No primeiro semestre de 2005, esta rubrica inclui essencialmente (i) a amortização do goodwill em empresas do Grupo e associadas no montante de 14.242.877 euros (Notas 6 e 10), (ii) a constituição de ajustamentos para empréstimos a empresas do Grupo e associadas no montante de 4.502.043

euros (Nota 10), (iii) custos com serviços bancários no montante de 2.378.146 euros, e (iv) o reconhecimento da desvalorização da cotação das acções do BES no montante de 1.162.000 euros.

- (d) No primeiro semestre de 2005, os ganhos em empresas do grupo e associadas, decorrentes da aplicação do método da equivalência patrimonial no reconhecimento da quota parte nos respectivos resultados líquidos positivos, são conforme segue:

	Investimentos financeiros (Nota 10.b))	Provisão para perdas em investimentos financeiros (Nota 34)	Total
PT Comunicações	148.290.572	-	148.290.572
TMN	59.747.085	-	59.747.085
PT Brasil	7.894.030	-	7.894.030
PT Ventures	-	18.186.712	18.186.712
PTI Finance BV	9.637.024	-	9.637.024
PT Prime, SA	12.262.128	-	12.262.128
PT Inovação	2.229.242	-	2.229.242
PT Multimedia	3.822.534	-	3.822.534
Outras	470.728	596.165	1.066.893
	<u>244.353.343</u>	<u>18.782.877</u>	<u>263.136.220</u>
Efeito da consolidação fiscal (Nota 6) (i)			<u>8.748.060</u>
			<u>271.884.280</u>

- (i) Este valor reflecte o efeito da dedução do prejuízo fiscal das empresas participadas abrangidas pelo perímetro de consolidação fiscal da Portugal Telecom (Nota 3.h)).

- (e) No primeiro semestre de 2005, a rubrica "Juros obtidos" apresenta a seguinte composição:

Juros de empréstimos concedidos a empresas do grupo:	
PT Multimédia	1.287.137
Mobitel	1.383.973
PT Comunicações	598.361
PT Prime SA	371.179
PT Pro	246.803
Outras Empresas	<u>670.639</u>
	4.558.092
Juros de aplicações financeiras	20.819.100
Outros juros	<u>27.598</u>
	<u>25.404.790</u>

- (f) Esta rubrica inclui essencialmente: (i) ganhos decorrentes da emissão de *warrants* por parte da PT Multimédia, no montante de 32.416.865 euros (Nota 55.c)); (ii) ganhos decorrentes da valorização de derivados cambiais, no montante de 9.828.916 euros; e (iii) rendimentos de *Equity Swaps* sobre acções da PT Multimédia, no montante de 7.643.773 euros (Nota 55.c)).

46. Demonstrações dos Resultados Extraordinários

Nos semestres findos em 30 de Junho de 2005 e 2004, os resultados extraordinários têm a seguinte composição:

	2005	2004
Custos e perdas		
Donativos	225.149	143.500
Insuficiência da estimativa para impostos sobre o rendimento (Nota 6.d))	22.976	6.189.346
Outros custos e perdas extraordinários	3.889.632	2.482.464
	4.137.757	8.815.310
Resultados extraordinários	(4.115.045)	(8.359.639)
	22.712	455.671
Proveitos e ganhos		
Ganhos em imobilizações	6.450	60.040
Outros proveitos e ganhos extraordinários	16.262	395.631
	22.712	455.671

48. Empréstimos Obtidos

Em 30 de Junho de 2005 e em 31 de Dezembro de 2004, o detalhe dos empréstimos obtidos era como segue:

	30 de Junho 2005		31 de Dezembro 2004	
	Curto prazo	Médio e longo prazo (e)	Curto prazo	Médio e longo prazo
Empréstimos bancários (a)				
Empréstimos externos	84.080.049	762.813.995	91.754.107	545.017.376
Empréstimos por obrigações convertíveis (b)	-	390.335.000	-	390.335.000
Outros Empréstimos Obtidos				
Empréstimos Externos (c)	694.000.000	1.309.500.000	1.247.600.000	-
Empréstimos Internos (d)	234.865.843	-	312.858.486	-
	928.865.843	1.309.500.000	1.560.458.486	-
	1.012.945.892	2.462.648.995	1.652.212.593	935.352.376

(a) Em 30 de Junho de 2005 e em 31 de Dezembro de 2004, os empréstimos bancários encontravam-se expressos em euros, sendo as garantias prestadas por terceiros relacionadas com estes empréstimos as seguintes:

	30 de Junho de 2005	31 de Dezembro de 2004
- Garantias bancárias a favor do Banco Europeu de Investimento	234.656.657	257.406.112
- Aval do Estado a favor do Kreditanstalt Für Wiederaufbau	8.397.969	9.127.071

Em 30 de Junho de 2005 e em 31 de Dezembro de 2004 os empréstimos bancários venciam juros a taxas anuais que, equiparadas a financiamentos em euros, variavam entre:

	30 de Junho de 2005	31 de Dezembro de 2004
Taxa de juro máxima	4,90%	4,90%
Taxa de juro mínima	2,13%	2,02%

- (b) Em 6 de Dezembro de 2001, a Empresa emitiu um empréstimo por obrigações convertíveis em acções, integralmente subscrito pela PT Finance, com o valor total de 550.000.000 euros, correspondente a 110.000 obrigações, com o valor nominal de 5.000 euros cada. Este empréstimo está associado à emissão pela PT Finance, em 6 de Dezembro de 2001, de *Exchangeable Bonds*, com condições idênticas às obrigações convertíveis emitidas pela Empresa, que conferem aos seus titulares o direito à subscrição ou aquisição de acções ordinárias ou ADS (*American Depositary Shares*) da Empresa, no termo da emissão, ao preço de conversão de 12,3985 euros por acção. O reembolso destas obrigações convertíveis será efectuado em 6 de Dezembro de 2006, salvo se tiverem sido previamente reembolsadas ou adquiridas e canceladas ou se a conversão houver sido previamente efectuada. A taxa de juro anual do empréstimo é de 2%, sendo o pagamento dos juros trimestral e postecipado. Em Dezembro de 2003 e em Outubro de 2004, foram canceladas 21.933 obrigações convertíveis, no montante de 109.665.000 euros, e 10.000 obrigações convertíveis, no montante de 50.000.000 euros, pelo que o montante destas obrigações convertíveis em circulação em 30 de Junho de 2005 era de 390.335.000 euros.
- (c) Em 25 de Junho de 1999, a Empresa estabeleceu um Contrato Programa de Emissão de Papel Comercial, a subscrever pela PT Finance, até ao montante de 1.000.000.000 euros. No exercício de 2003 as condições deste programa foram alteradas no sentido de possibilitar a emissão de Papel Comercial por outras empresas do Grupo. A partir de 2003, todas as emissões no âmbito deste programa foram efectuadas pela TMN. Este Programa encontra-se associado à emissão em 7 de Abril de 1999 pela PT Finance de *Global Medium Term Notes* ("GMTNs") no montante de 1.000.000.000 euros. Estes títulos correspondem a obrigações emitidas por aquela empresa participada, com uma maturidade de 10 anos e uma taxa de juro anual de 4,625%. Em Novembro de 2004, foram canceladas as obrigações desta emissão que o Grupo mantinha em carteira no montante de 120.500.000 euros.

Em 1 de Junho de 2000, a Empresa estabeleceu um outro Contrato Programa de Emissão de Papel Comercial, a subscrever pela PT Finance, até ao montante de 1.350.000.000 euros. No exercício de 2003 as condições deste programa foram alteradas no sentido de possibilitar a emissão de Papel Comercial por outras empresas do Grupo. Na sequência de aditamentos efectuados até à data, o montante máximo do programa é, em 30 de Junho de 2005, de 3.000.000.000 euros. Em 30 de

Junho de 2005 a Empresa tem emitido um montante de 2.003.500.000 euros. As emissões actuais, efectuadas no âmbito deste programa encontram-se associadas essencialmente: (i) à emissão em 21 de Fevereiro de 2001 pela PT Finance de *Global Medium Term Notes* (“GMTNs”) de 1.000.000.000 euros, os quais correspondem a obrigações emitidas por aquela empresa participada, com uma maturidade de 5 anos e uma taxa de juro anual de 5,75%, sendo que em Novembro de 2004 foram canceladas as obrigações não convertíveis desta emissão que o Grupo mantinha em carteira no montante de 100.500.000 euros; (ii) a uma *Multicurrency Revolving Credit Facility* de 500.000.000 euros, com maturidade em Fevereiro de 2009 e 2010 (50% do montante em dívida em cada um dos anos); e (iii) a uma *Multicurrency Revolving Credit Facility* de 150.000.000 euros contratada em 24 de Junho de 2004, com maturidade a seis anos.

(d) A Empresa mantém contratado Programas de Papel Comercial de curto prazo no montante total de 875.000.000 euros, encontrando-se utilizado a 30 de Junho de 2005 um montante de 234.865.843 euros. Este montante foi contratado em Junho de 2005 com uma taxa de juro anual de 2,15% e vencimento em Julho de 2005.

(e) Em 30 de Junho de 2005, os empréstimos classificados a médio e longo prazo têm o seguinte plano de reembolso previsto:

Segundo semestre de 2006	438.410.845
2007	93.772.376
2008	123.269.695
2009	110.051.551
1º semestre de 2010	17.688.231
2º semestre de 2010 e anos seguintes (Nota 29)	1.679.456.297
	<u>2.462.648.995</u>

(f) Em 30 de Junho de 2005, existiam diversos condicionalismos financeiros (“covenants”) associados aos financiamentos obtidos pelo Grupo, os quais àquela data estavam a ser cumpridos, sendo de destacar os seguintes:

- **Notações de *rating***

Caso o *rating* atribuído à Portugal Telecom pelas agências de *rating* seja reduzido para BBB+/Baa1 ou inferior, a Empresa deverá apresentar uma garantia bancária aceitável pelo BEI. Em 30 de Junho de 2005, estão abrangidos por este condicionalismo empréstimos no montante de 400 milhões de euros obtidos junto desta instituição financeira.

- **Controlo/Alienação das empresas participadas**

A Portugal Telecom terá de manter, directa ou indirectamente, a maioria do capital e o controlo de cada uma das suas *Material Subsidiaries* (subsidiárias cujo activo bruto seja igual ou superior

a 10% do activo consolidado ou cujos proveitos sejam iguais ou superiores a 10% dos proveitos consolidados). Os empréstimos abrangidos por este *covenant* são uma *Credit Facility* de 500 milhões de euros e determinados empréstimos do BEI que totalizam 830 milhões de euros.

• Rácios Financeiros

A *Credit Facility* de 500 milhões de euros prevê a obrigação de assegurar que a dívida líquida consolidada não excede 4,5 vezes o EBITDA consolidado. As *Facilities* de 100.000.000 euros prevêem a obrigação de assegurar que a dívida líquida consolidada não excede 3,5 vezes o EBITDA consolidado, embora numa das *Facilities* esta obrigação apenas seja válida caso a notação de *rating* da Portugal Telecom seja reduzida. As actuais condições financeiras (*spread* aplicável) relativas à *New Facility* de 500 milhões de euros e à *Facility* de 150 milhões de euros serão alteradas se o rácio da dívida líquida consolidada/EBITDA consolidado for superior, respectivamente, a 2,5 e 2,25. Em 30 de Junho de 2005, este rácio é equivalente a 1,34.

Adicionalmente, o Programa de *Global Medium Term Notes* da PT Finance, as emissões de obrigações convertíveis, a *Credit Facility* de 500 milhões de euros e as *Credit Facilities* contratadas em 2004, no total de 400 milhões de euros, estão abrangidos por cláusulas de *Negative Pledge*, as quais impõem restrições à constituição de garantias reais sobre os activos das empresas englobadas na consolidação do Grupo.

49. Estado e Outros Entes Públicos

Em 30 de Junho de 2005 e em 31 de Dezembro de 2004, os saldos com o Estado e outros entes públicos têm o seguinte detalhe:

	30 de Junho de 2005		31 de Dezembro de 2004	
	Saldos Devedores	Saldos Credores	Saldos Devedores	Saldos Credores
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas	7.808.263	553.200	6.394.321	906.981
Imposto sobre o Valor Acrescentado	527.778	-	37.455	195.935
Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Singulares	-	4.936.242	-	275.320
Restantes impostos	-	-	29	-
Segurança Social	-	252.191	-	100.808
	<u>8.336.041</u>	<u>5.741.633</u>	<u>6.431.805</u>	<u>1.479.044</u>

51. Títulos Negociáveis

Em 30 de Junho de 2005, esta rubrica refere-se fundamentalmente a aplicações efectuadas pela Empresa em títulos de rendimento fixo, que foram adquiridos como aplicação de tesouraria de curto prazo.

52. Acréscimos e Diferimentos

Em 30 de Junho de 2005 e em 31 de Dezembro de 2004, os saldos destas rubricas apresentam a seguinte composição:

	30 de Junho 2005	31 de Dezembro 2004
Acréscimos de proveitos:		
Juros a receber	28.295.651	27.477.173
Prestação de serviços a empresas do grupo (a)	1.505.612	-
Outros	674.385	839.431
	<u>30.475.648</u>	<u>28.316.604</u>
Custos diferidos:		
Despesas financeiras (b)	2.929.164	2.872.229
Outros	574.892	1.756.506
	<u>3.504.056</u>	<u>4.628.735</u>
Acréscimos de custos:		
Encargos financeiros a liquidar (c)	18.728.778	17.763.190
Encargos com férias, subsídios de férias e outros encargos com o pessoal	8.335.645	10.357.761
Fornecimentos e serviços externos	2.683.579	5.267.932
Outros acréscimos de custos (d)	31.214.168	41.153.746
	<u>60.962.170</u>	<u>74.542.629</u>
Proveitos diferidos:		
Instrumentos financeiros derivados (e)	24.392.688	21.024.037
Outros	902.266	902.266
	<u>25.294.954</u>	<u>21.926.303</u>

- (a) Em 30 de Junho de 2005, este montante refere-se aos valores a facturar relativamente a serviços prestados à Telesp Celular durante o segundo trimestre de 2005, no âmbito do contrato de prestação de serviços de consultoria
- (b) Em 30 de Junho de 2005, este montante refere-se essencialmente a despesas com emissão de papel comercial, que estão a ser diferidas pelo período dos empréstimos ou das emissões.
- (c) Em 30 de Junho de 2005, este montante refere-se essencialmente aos encargos financeiros corridos relacionados com emissões de papel comercial e empréstimos bancários, nos montantes de, respectivamente, 3.593.232 euros e 11.300.735 euros.
- (d) Em 30 de Junho de 2005, esta rubrica inclui 30.898.555 euros referentes ao valor de mercado de determinados instrumentos financeiros derivados.
- (e) Em 30 de Junho de 2005, esta rubrica inclui: (i) 8.328.285 euros relativos a 50% do prémio líquido obtido na contratação de *call options* sobre acções PT Multimédia (Nota 53); e (ii) 16.064.403 euros

referentes aos juros corridos das debentures da UOL, os quais só serão reconhecidos em resultados no momento da sua efectiva liquidação.

53. Instrumentos Financeiros e Gestão de Risco

Em 30 de Junho de 2005, a Empresa tinha contratado um conjunto de instrumentos financeiros derivados, essencialmente com o objectivo de minimizar os riscos de exposição a variações de taxa de juro e de taxa de câmbio.

A contratação deste tipo de instrumentos financeiros é efectuada após análise cuidada dos riscos e benefícios inerentes a este tipo de operações, e consulta a diversas instituições intervenientes nos mercados. Estas operações são sujeitas à aprovação prévia da Comissão Executiva e implicam o acompanhamento permanente da evolução dos mercados financeiros e da carteira de posições detidas pela Empresa. O valor de mercado (*Fair Value*) destes instrumentos é apurado regular e periodicamente ao longo do ano, no sentido de permitir uma avaliação contínua destes instrumentos e das respectivas implicações financeiras.

Risco de Taxa de Juro

Em 30 de Junho de 2005, a carteira de instrumentos derivados de taxa de juro era constituída por *swaps* de taxa de juro em euros. Nesta data o notional destes instrumentos era de 699 milhões de euros com uma maturidade média de 7,6 anos.

Risco de Taxa de Juro e de Taxa de Câmbio

De modo a atingir os objectivos acima referidos, quer no caso do risco de taxa de juro, quer no que respeita ao risco de taxa de câmbio, existiam em 30 de Junho de 2005 *cross currency swaps* com componente cambial e de taxa de juro. Naquela data, o total de dívida sujeita a contratos desta natureza era de 70 milhões de euros de *swaps* de dólares americanos para euros, com uma maturidade média de 6,5 anos.

Na sequência do cancelamento da componente de taxa de juro de *cross currency swaps* anteriormente existentes, a Portugal Telecom mantém opções cambiais e contratos *forward* de euros para dólares americanos. Em 30 de Junho de 2005, o montante líquido dos contratos desta natureza era de 200 milhões de euros, com uma maturidade média de 3,8 anos.

Derivativos com acções

Em 30 de Junho de 2005, de modo a incrementar a sua exposição à PT Multimédia, a Portugal Telecom tinha contratado junto do Grupo Santander *equity swaps* sobre 30.575.090 acções da PT Multimédia, representativas de 9,9% do seu capital, conforme segue:

- (i) 18.375.090 acções, com um preço de exercício de 8,87 euros e maturidade de 10 meses; e
- (ii) 12.200.000 acções, com um preço de exercício de 7,05 euros e maturidade de 10 meses;

Adicionalmente, em 2004 a Portugal Telecom celebrou com o Grupo BES contratos de derivativos com acções PT Multimédia, que se traduzem num conjunto de opções que permitem à Empresa obter um encaixe financeiro de 16,657 milhões de euros, bem como a possibilidade de adquirir acções da PT Multimédia representativas de cerca de 5% do seu capital. As opções incorporadas nesta operação são as seguintes:

- (i) A Portugal Telecom comprou ao Banco Espírito Santo de Investimento, S.A. ("BESI") uma opção de compra sobre 12,126 milhões de acções da PT Multimédia a um *strike* de 13,2565 euros na data de maturidade (31 de Dezembro de 2005), com liquidação física ou financeira à escolha do BESI (a liquidação financeira tem um desconto de 15% no *strike*), e possibilidade de exercício a qualquer momento pela Portugal Telecom. Em simultâneo, o BESI comprou à Portugal Telecom uma opção de compra sobre o mesmo número de acções da PT Multimédia, a um *strike* de 8 euros, apenas com liquidação financeira. Esta opção apenas pode ser exercida no caso da cotação das acções da PT Multimédia se encontrar acima do *strike* da opção de compra adquirida pela Portugal Telecom supra referida, sendo no entanto o respectivo exercício automático caso a Portugal Telecom exerça a sua opção de compra.
- (ii) A Portugal Telecom contratou junto do Banco Espírito Santo uma opção de compra sobre 3 milhões de acções da PT Multimédia a um *strike* de 11,5 euros por acção, com maturidade em 31 de Dezembro de 2005. A Portugal Telecom pode exercer esta opção a qualquer momento, a qual tem liquidação física ou financeira à escolha do Banco Espírito Santo (a liquidação financeira tem um desconto de 20% no *strike*).

O BESI ficou obrigado a pagar à Portugal Telecom um montante de 16,6 milhões de euros, correspondente à diferença entre o preço de aquisição das opções supra referidas. Deste montante, 8,3 milhões de euros foram liquidados durante o primeiro semestre de 2005 (acrescido de juros de mora), sendo que a segunda tranche de igual montante deverá ser liquidada na data de exercício da opção adquirida pelo BESI ou, não sendo esta exercida, em 31 de Dezembro de 2005. A exigibilidade do montante acima referido, fica sujeito à condição suspensiva de ao BESI ser pago o preço das opções que o BESI contratar com terceiras entidades a fim de obter o *hedging* financeiro da sua posição nas opções de compra e venda sobre 12,126 milhões de acções da PT Multimédia supra referidas, devendo o BESI, para o efeito, demonstrar perante a Portugal Telecom que foram celebradas tais opções e que se

verificou o incumprimento da obrigação de pagamento de tais opções. Dado que o BESI pretende celebrar com terceiras entidades um contrato de opções que lhe permita obter o hedging da sua posição assumida no contrato, ficou acordado que o BESI tem o direito de reduzir o objecto das opções previstas no contrato para 6,938 milhões de acções, com as proporcionais reduções de preços e prémios, no caso de aquelas terceiras entidades não cumprirem perante o BESI as suas obrigações contratuais, comprometendo-se, no entanto, a desenvolver os melhores esforços para obstar ao incumprimento das obrigações decorrentes daquelas terceiras entidades.

Fair Value dos Derivativos

Em 30 de Junho de 2005 e em 31 de Dezembro de 2004, o *Fair Value* dos derivativos e o correspondente valor contabilístico é o seguinte (valores em milhões de euros):

	30 de Junho de 2005		31 de Dezembro de 2004	
	Valor contabilístico	<i>Fair value</i>	Valor contabilístico	<i>Fair value</i>
Derivativos de cobertura de risco de:				
Taxa de juro	(0,3)	(40,0)	(0,2)	(23,5)
Taxa de câmbio (Nota 52)	(30,9)	(30,9)	(40,7)	(40,7)
Taxa de juro e taxa de câmbio	(8,3)	(8,4)	(15,3)	(14,9)
	<u>(39,5)</u>	<u>(79,3)</u>	<u>(56,2)</u>	<u>(79,1)</u>
Derivativos com acções:				
Acções próprias	-	-	(0,6)	6,0
Acções PT Multimédia (Nota 52)	(8,3)	6,5	(1,4)	18,6
	<u>(8,3)</u>	<u>6,5</u>	<u>(2,0)</u>	<u>24,6</u>

54. Demonstração dos Resultados por Funções

A Demonstração dos Resultados por Funções ("DRF") foi elaborada tendo em consideração o disposto na Directriz Contabilística n.º 20, havendo os seguintes aspectos a salientar:

- a) A rubrica "Vendas e prestações de serviços" da DRF inclui as prestações de serviços efectuadas ao abrigo do contrato de prestação de serviços técnicos de administração e gestão celebrado com a Telesp Celular.
- b) A rubrica "Custo das prestações de serviços" da DRF inclui, basicamente, parte da rubrica "Fornecimentos e serviços externos", parte da rubrica "Custos e perdas extraordinárias", os custos com o pessoal e as amortizações do imobilizado corpóreo e incorpóreo da Demonstração dos Resultados por Naturezas ("DRN"), com excepção da amortização dos *trespasses* ("*goodwill*") gerados na aquisição de partes de capital, a qual é reconhecida na DRF na rubrica "Ganhos em filiais e associadas".
- c) A rubrica "Outros custos e perdas operacionais" da DRF inclui, fundamentalmente, parte da rubrica de fornecimentos e serviços externos, quotizações e donativos para diversos organismos no âmbito das telecomunicações e impostos.
- d) A rubrica "Custo líquido de financiamento" da DRF inclui essencialmente as seguintes naturezas de proveitos e custos registadas na DRN em resultados financeiros:

Juros obtidos	25.404.790
Juros suportados	(55.721.961)
Outros proveitos e ganhos financeiros	55.461.524
Outros custos e perdas financeiros	(5.175.892)
Diferenças de câmbio favoráveis	2.946.642
Diferenças de câmbio desfavoráveis	(393.657)
	<u>22.521.446</u>

- e) A rubrica "Ganhos em filiais e associadas" da DRF inclui as seguintes naturezas de proveitos e custos registadas na DRN em resultados financeiros e em resultados extraordinários:

Ganhos em empresas do grupo e associadas (Nota 45.d))	263.136.220
Provisão para empréstimos de Financiamento (Nota 45.c))	(4.502.043)
Perdas em empresas do grupo (Nota 45.b))	(35.229.191)
Amortização de <i>trespasses</i> (" <i>goodwill</i> ") (Nota 45.c))	(14.242.877)
Outros proveitos e ganhos financeiros	490.000
	<u>209.652.109</u>

f) A rubrica "Impostos sobre os resultados correntes" tem a seguinte composição:

Imposto sobre o rendimento do exercício na DRN	1.276.532
Insuficiência de estimativa de IRC de 2004 (Nota 6)	(22.976)
Ganho resultante da consolidação fiscal (Notas 6 e 45.d))	8.748.060
	<u>10.001.616</u>

55. Demonstração dos Fluxos de Caixa

A Demonstração dos Fluxos de Caixa foi elaborada tendo em consideração o disposto na Directriz Contabilística nº14, havendo os seguintes aspectos a salientar:

a) Recebimentos provenientes de investimentos financeiros

Esta rubrica inclui o reembolso de empréstimos concedidos e apresenta a seguinte composição:

Prestações acessórias	
PT Pro (Nota 10.b))	<u>12.000.000</u>
Suprimentos	
PT Pro (Nota 10.b))	21.945.000
PT Ventures (Nota 10.b))	10.966.432
PT Inovação (Nota 10.b))	5.000.000
	<u>37.911.432</u>
Empréstimos intra-grupo de curto prazo:	
PT Comunicações (i)	152.645.009
PT Multimédia (ii)	28.500.000
PT SI (iii)	20.000.000
	<u>201.145.009</u>
	<u>251.056.441</u>

(i) Este montante refere-se ao reembolso de um empréstimo de curto prazo concedido em 15 de Março de 2005.

(ii) Este montante respeita ao reembolso de empréstimos intragrupos concedidos em Maio de 2005 no montante de 126.451.029 euros, encontrando-se em dívida a 30 de Junho de 2005 um montante de 97.951.029 euros (Nota 16).

(iii) Este montante respeita ao reembolso de empréstimos intragrupos concedidos no primeiro semestre de 2005, encontrando-se em dívida a 30 de Junho de 2005 um montante de 3.000.000 euros (Nota 16).

b) Recebimentos provenientes de dividendos

Esta rubrica corresponde aos dividendos e reservas recebidos das seguintes empresas:

TMN (Nota 10.b))	281.568.975
PT Multimédia SGPS (Nota 10.b))	45.152.425
Páginas Amarelas (Nota 10.b))	3.526.280
BES (Nota 45.f))	1.545.600
Previsão (Nota 10.b))	79.018
Taguspark (Nota 45.f))	13.000
	<u>331.885.298</u>

c) Recebimentos provenientes de outras actividades de investimento

Em 30 de Junho de 2005 esta rubrica inclui 32.416.865 euros (Nota 45.f)) referentes à atribuição de reservas pela PT Multimédia e 7.643.773 euros (Nota 45.f)) relativamente a rendimentos de *Equity Swaps* sobre acções da PT Multimédia.

d) Pagamentos respeitantes a investimentos financeiros

Esta rubrica apresenta a seguinte composição:

Suprimentos concedidos:	
Web-Lab (Nota 10.b))	129.358
Empréstimos intragrupo concedidos:	
PT Comunicações	152.645.009
PT Multimédia SGPS	126.451.029
PT SI	23.000.000
PT Compras	1.350.000
PT Meios	750.000
	304.196.038
Prestações acessórias concedidas:	
TMN (Nota 10.b))	350.000.000
PT Pro (Nota 10.b))	44.445.000
PT WI-FI (Nota 10.b))	3.015.000
PT II (Nota 10.b))	2.000.000
	399.460.000
Aquisição de participações:	
Web-Lab	3
Adiantamento por conta de investimentos financeiros	
Iris Capital (Nota 10.b))	1.895.470
PT Ásia (Nota 10.b))	1.350.000
	3.245.470
	707.030.869

e) Recebimentos provenientes de empréstimos obtidos

Esta rubrica inclui os fundos obtidos com empréstimos contratados no semestre findo a 30 de Junho de 2005 e apresenta a seguinte composição:

Empréstimos externos:	
Emissão de Papel Comercial	17.816.737.300
Empréstimos bancários obtidos	250.000.000
	18.066.737.300
Empréstimos intra-grupo:	
TMN	276.431.025
PT Comunicações	107.000.000
PT Multimédia SGPS	38.000.000
Simarc	10.045.494
PT Pro	9.000.000
PT.COM	5.000.000
PT WI-FI	3.015.000
Outros	472.382
	448.963.901
	18.515.701.201

f) Pagamentos respeitantes a empréstimos obtidos

Esta rubrica inclui o reembolso de empréstimos obtidos e apresenta a seguinte composição:

Empréstimos externos:	
Papel comercial de curto prazo	17.138.829.820
Empréstimos bancários	40.363.217
	<u>17.179.193.037</u>
Empréstimos intra-grupo:	
PT Comunicações	224.354.991
PT Multimedia SGPS	70.000.000
TMN	47.568.623
PT Pro	7.000.000
PT Prime SA	6.000.000
PT WI-FI	2.015.000
PT.COM	1.000.000
	<u>357.938.614</u>
	<u>17.537.131.651</u>

g) Componentes de caixa e seus equivalentes

Em 30 de Junho de 2005 e 2004 e 31 de Dezembro de 2004, a composição dos saldos de caixa e seus equivalentes era como segue:

	30 de Junho		31 de Dezembro
	2005	2004	2004
Caixa e depósitos bancários			
imediatamente mobilizáveis	2.153.607	861.431	12.965.823
Títulos negociáveis	723.787.290	685.743.870	548.526.475
Aplicações financeiras	778.965.382	657.057.550	797.959.832
	<u>1.504.906.279</u>	<u>1.343.662.851</u>	<u>1.359.452.130</u>

56. Eventos Subsequentes

Em 28 de Fevereiro de 2005, a PT Multimédia celebrou um contrato de promessa de compra e venda com a Controlinveste, relativamente à alienação da sua participação de 100% na Lusomundo Serviços, por um montante global de 173,8 milhões de euros. Adicionalmente, este contrato incluía a aquisição pela Lusomundo Serviços da participação de 5,94% na Lusomundo Media detida directamente pela Portugal Telecom, avaliada em 10,1 milhões de euros. Em 26 de Agosto de 2005, após aprovação final desta operação pela Autoridade da Concorrência, foi celebrado o contrato definitivo de alienação da Lusomundo Serviços, pelos valores inicialmente acordados.

Em 5 de Agosto de 2005, o Grupo PT celebrou um acordo de compra e venda com a Embratel, relativamente à alienação da sua participação de 100% na PrimeSys no Brasil, por um montante total de 231 milhões de Reais, equivalente a 81 milhões de euros, o qual será ajustado pelo CDI (taxa interbancária brasileira) até à data de finalização da transacção. A conclusão desta transacção está sujeita à aprovação da ANATEL (entidade reguladora das telecomunicações no Brasil).

Participações Qualificadas

Nos termos da alínea d) do nº1 do artigo 9º do Regulamento nº 4/2004 da CMVM, presta-se a seguinte informação quanto às participações qualificadas detidas por terceiros no capital social da PT à data de 30 de Junho de 2005:

- A Telefónica, S.A. detém directamente um total de 99.150.076 acções da PT, representando uma participação de 8,50% do capital social e 8,78% dos direitos de voto da PT. Adicionalmente, a Telesp S.A. (Fixa) e a Aliança Atlântica Holding B.V. (empresas que se encontram em relação de domínio ou de grupo com a Telefónica) detêm, respectivamente, um total de 7.994.250 e 5.329.500 acções da PT, equivalente a participações de 0,69% e 0,46% do capital social e 0,71% e 0,47% dos direitos de voto da PT. Em termos globais, a participação da Telefónica na PT ascende a 9,64% do capital social e 9,96% dos direitos de votos.
- O Grupo Banco Espírito Santo ("BES") detém directa e indirectamente 8,60% do capital social e 8,89% dos direitos de voto da PT. No quadro seguinte apresenta-se a participação do BES calculada nos termos do nº1 do artigo 20º do CVM:

Entidades	Nº Acções
Banco Espírito Santo, S.A.	33.642.355
Membros da Administração e Fiscalização do BES	120.270
Empresas que se encontram em relação de domínio ou de grupo com o BES	21.550.986
Acções detidas por titulares do direito de voto que celebraram com o BES acordo para o seu exercício	19.435.579
Acções que o BES pode adquirir em virtude de acordo celebrado com os respectivos titulares	21.862.856
Acções dadas em garantia ao BES ou por este administradas ou depositadas junto desta instituição	3.761.570
Total	100.373.616

- A Brandes Investments Partners, I.P. ("Brandes") detém indirectamente através dos seus clientes um total de 85.858.246 acções da PT, equivalente a uma participação de 7,36% do capital social e 7,61% dos direitos de voto da PT.
- A holding americana, The Capital Group Companies, Inc ("CGC") detém indirectamente através dos seus fundos/clientes, 5,42% do capital social e 5,47% dos direitos de voto da PT. No quadro seguinte apresenta-se a participação da CGC calculada nos termos do nº1 do artigo 20º do CVM:

Entidades	Nº Acções	% do Capital
Capital Research and Management Company	55.499.179	4,76%
Capital Guardian Trust Company	2.811.832	0,24%
Capital International, Inc.	1.414.783	0,12%
Capital International Limited	758.117	0,06%
Capital International S.A.	2.709.959	0,23%
Total	63.193.870	5,42%

Para efeitos de direitos de voto:

Entidades	Nº Acções	% dos Direitos de Voto
Capital Research and Management Company	55.499.179	4,92%
Capital Guardian Trust Company	2.462.932*	0,22%
Capital International, Inc.	966.243*	0,09%
Capital International Limited	501.117*	0,04%
Capital International S.A.	2.271.659*	0,20%
Total	61.701.130	5,47%

* A diferença entre o número de acções detidas e os direitos de voto é devida à inexistência de poderes discricionários sobre todas as acções para o exercício de voto.

- O Grupo Caixa Geral de Depósitos ("CGD") detém directa e indirectamente 4,98% do capital social e 5,15% dos direitos de voto da PT. No quadro seguinte apresenta-se a participação da CGD calculada nos termos do nº1 do artigo 20º do CVM:

Entidades	Nº Acções
Caixa Geral de Depósitos, S.A.	51.946.773
Companhia de Seguros Fidelidade - Mundial Confiança, S.A.	6.043.433
Caixa - Banco de Investimento	150.000
Total	58.140.206

- A Cinveste, SGPS, S.A. detém um total de 28.648.701 acções da PT, correspondente a 2,46% do capital social e 2,54% dos direitos de voto da PT.
- O Grupo Banco Português de Investimento (BPI) detém directa e indirectamente 2,32% do capital social e 2,40% dos direitos de voto da PT. No quadro seguinte apresenta-se a participação do BPI calculada nos termos do nº1 do artigo 20º do CVM:

Entidades	Nº Acções
Banco BPI, S.A.	19.282.471
Banco Português de Investimento, S.A.	309.280
BPI Pensões - Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A.	6.408.942
BPI Fundos - Gestão de Fundos de Investimento Mobiliário, S.A.	835.061
BPI Vida - Companhia de Seguros de Vida, S.A.	24.908
Clientes institucionais cuja carteira é gerida ao abrigo de gestão discricionária	194.621
Clientes particulares cuja carteira é gerida ao abrigo de gestão discricionária	4.665
Total	27.059.948

- O Grupo Fidelity detém, através da FMR Corp. e da Fidelity International Limited, um total de 23.592.185 acções da PT, equivalente a 2,02% do capital social e 2,09% dos direitos de voto da PT.
- A Telexpress Investments, Limited, detém um total de 23.000.000 acções da PT, equivalente a 1,97% do capital social e 2,04% dos direitos de voto da PT.

- Desde 26 de Julho de 2005, o Grupo Banco Português de Investimento (BPI) detém directa e indirectamente 0,63% do capital social e 0,65% dos direitos de voto da PT, na sequência da alienação, a favor de um conjunto de investidores institucionais, de 19.282.471 acções da PT (equivalentes a 1,65% do capital social e 1,71% dos direitos de voto da PT), realizada nesse dia. No quadro seguinte apresenta-se a participação do BPI calculada nos termos do nº1 do artigo 20º do CVM:

Entidades	Nº Acções
Banco Português de Investimento, S.A.	168.683
BPI Pensões - Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A.	6.243.714
BPI Fundos - Gestão de Fundos de Investimento Mobiliário, S.A.	693.689
BPI Vida - Companhia de Seguros de Vida, S.A.	23.906
Clientes institucionais cuja carteira é gerida ao abrigo de gestão discricionária	194.621
Total	7.324.613

Participações nos Termos do Artigo 447º do Código das Sociedades Comerciais

Nos termos e para os efeitos do artigo 447º do Código das Sociedades Comerciais, presta-se a seguinte informação quanto às participações financeiras detidas pelos membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal da PT, em 30 de Junho de 2005:

Conselho de Administração

- Ernâni Rodrigues Lopes, Presidente do Conselho de Administração, não é titular de quaisquer acções da PT nem de outras sociedades que com ela se encontram em relação de domínio ou de grupo;
- Miguel Horta e Costa, Presidente da Comissão Executiva, é titular de 23.395 acções da PT;
- Zeinal Bava, Administrador, é titular de 63.111 acções da PT e de 89.196 acções da PT Multimédia. O cônjuge é titular de 75 acções da PT;
- Carlos Vasconcellos Cruz, Administrador, é titular de 13.649 acções da PT. Em 5 de Janeiro de 2005 alienou 300 acções da PT Multimédia, a um preço médio de 19,00 euros por acção. Em 26 de Janeiro de 2005 alienou 300 acções da PT Multimédia, a um preço médio de 19,50 euros por acção. Em 31 de Janeiro de 2005 alienou 400 acções da PT Multimédia, a um preço médio de 20,00 euros por acção. Em 8 de Fevereiro de 2005 alienou 400 acções da PT, a um preço médio de 9,71 euros por acção. Em 2 de Maio de 2005 alienou 2.150 acções da PT, a um preço médio de 8,66 euros por acção. Em 11 de Maio de 2005 alienou 1.950 acções da PT, a um preço médio de 8,47 euros por acção. O cônjuge é titular de 236 acções da PT;
- Iriarte Esteves, Administrador, é titular de 8.682 acções da PT. Em 10 de Maio de 2005 adquiriu 3.000 acções da PT, a um preço médio de 8,48 euros por acção;
- Paulo Fernandes, Administrador, é titular de 100 acções da PT;
- Joaquim Goês, Administrador, é titular de 2.437 acções da PT e de 150 acções da PT Multimédia;
- Henrique Granadeiro, Administrador, não é titular de quaisquer acções da PT nem de outras sociedades que com ela se encontram em relação de domínio ou de grupo;
- Carlos Oliveira Cruz, Administrador, é titular de 134 acções da PT;
- Jorge Tomé, Administrador, não é titular de quaisquer acções da PT nem de outras sociedades que com ela se encontram em relação de domínio ou de grupo;
- Fernando Abril, Administrador, não é titular de quaisquer acções da PT nem de outras sociedades que com ela se encontram em relação de domínio ou de grupo;
- António Viana Baptista, Administrador, é titular de 9.008 acções da PT e de 1.590 acções da PT Multimédia. O cônjuge é titular de 1.817 acções da PT e de 80 acções da PT Multimédia;

- Luís de Mello Champalimaud, Administrador, não é titular de quaisquer acções da PT nem de outras sociedades que com ela se encontram em relação de domínio ou de grupo;
- Patrick Monteiro de Barros, Administrador, é titular, através da sociedade Telexpress Investments, Limited, na qual é Presidente do Conselho de Administração, de 23.000.000 acções da PT;
- Jorge Bleck, Administrador, não é titular de quaisquer acções da PT nem de outras sociedades que com ela se encontram em relação de domínio ou de grupo;
- Carlos Blanco de Moraes, Administrador, não é titular de quaisquer acções da PT nem de outras sociedades que com ela se encontram em relação de domínio ou de grupo;
- João Mello Franco, Administrador, e cônjuge são titulares de 13.308 acções da PT;
- Gerald McGowan, Administrador, não é titular de quaisquer acções da PT nem de outras sociedades que com ela se encontram em relação de domínio ou de grupo;
- Peter Golob, Administrador, é titular de 7 500 acções da PT;
- Nuno Silvério Marques, Administrador, não é titular de quaisquer acções da PT nem de outras sociedades que com ela se encontram em relação de domínio ou de grupo;
- Thomaz Paes de Vasconcellos, Administrador, não é titular de quaisquer acções da PT nem de outras sociedades que com ela se encontram em relação de domínio ou de grupo.
- Fernando Ulrich, Administrador, é titular de 265 acções da PT. O cônjuge é titular de 265 acções da PT. Apresentam-se de seguida as transacções efectuadas (C: Compra; V: Venda; S: Saída por "split"; E - Entrada por "split") por sociedades controladas pelo Grupo BPI nas quais Fernando Maria Costa Duarte Ulrich exerce cargos de administração:

Banco Português de Investimento, S.A. Transacções - acções da PT				Banco Português de Investimento, S.A. Transacções - acções da PT			
Data	Natureza	Quantidade	Preço (euros)	Data	Natureza	Quantidade	Preço (euros)
20050103	V	3.126	9,13	20050114	C	15.000	9,08
20050104	C	61.207	9,11	20050114	V	15.000	9,09
20050104	V	61.207	9,12	20050117	C	50.000	9,19
20050104	V	50.000	9,15	20050117	V	50.000	9,20
20050105	C	43.141	9,06	20050117	V	46.874	9,16
20050105	V	11.928	9,08	20050117	C	30.000	9,19
20050106	C	20.000	9,05	20050117	V	30.000	9,19
20050106	V	31.213	9,09	20050118	C	24.535	9,19
20050107	C	10.000	9,11	20050118	V	39.535	9,20
20050107	V	75.000	9,11	20050119	C	63.722	9,26
20050110	C	85.000	9,10	20050119	V	63.722	9,27
20050110	V	10.000	9,09	20050120	C	60.000	9,30
20050111	C	30.000	9,06	20050120	V	45.000	9,32
20050111	V	30.000	9,11	20050121	V	39.600	9,40
20050111	C	50.000	9,05	20050121	C	30.000	9,33
20050112	C	36.043	9,04	20050121	V	50.000	9,37
20050112	V	36.043	9,07	20050124	C	30.000	9,38
20050113	C	11.715	9,07	20050124	V	30.000	9,40
20050113	V	30.000	9,07	20050125	C	50.000	9,32
20050114	C	15.000	9,08	20050125	V	30.000	9,29
20050114	V	15.000	9,08	20050126	C	10.000	9,32

Banco Português de Investimento, S.A. Transacções - acções da PT				Banco Português de Investimento, S.A. Transacções - acções da PT			
Data	Natureza	Quantidade	Preço (euros)	Data	Natureza	Quantidade	Preço (euros)
20050126	V	10.000	9,38	20050308	C	38.330	9,14
20050127	C	40.000	9,30	20050308	V	38.330	9,16
20050127	V	40.000	9,31	20050309	C	60.000	9,17
20050131	C	7.342	9,53	20050309	V	60.000	9,19
20050131	V	7.342	9,57	20050310	C	95.674	9,06
20050201	C	45.000	9,61	20050310	V	45.674	9,06
20050201	V	45.000	9,61	20050311	C	40.000	9,03
20050202	C	30.000	9,61	20050311	V	90.000	9,04
20050202	V	30.000	9,63	20050315	C	50.000	9,05
20050202	C	5.000	9,60	20050315	V	25.000	9,05
20050202	V	5.000	9,56	20050316	C	20.000	8,98
20050203	C	10.000	9,57	20050316	V	45.000	9,02
20050203	V	10.000	9,58	20050317	C	20.000	8,90
20050204	C	51.647	9,47	20050317	V	20.000	8,91
20050204	V	51.647	9,49	20050318	C	4.900	9,00
20050207	C	20.000	9,67	20050318	C	8.441	9,00
20050207	V	20.000	9,68	20050318	V	182.324	9,06
20050207	C	881	9,65	20050318	C	57.662	9,00
20050207	V	881	9,65	20050318	V	57.662	9,02
20050208	C	70.000	9,74	20050318	C	29.251	9,07
20050208	V	70.000	9,74	20050318	V	29.251	9,09
20050209	C	40.000	9,69	20050318	C	50.000	9,05
20050209	V	40.000	9,70	20050321	C	19	8,97
20050211	C	45.000	9,57	20050323	C	65.000	8,87
20050211	V	45.000	9,57	20050323	V	65.000	8,88
20050214	C	20.000	9,52	20050324	C	796	9,04
20050214	V	20.000	9,52	20050324	V	796	9,08
20050215	C	50.000	9,44	20050329	V	3.376	9,13
20050215	V	50.000	9,46	20050329	C	40.250	9,09
20050215	C	24.801	9,48	20050329	V	60.250	9,09
20050215	V	24.801	9,48	20050330	C	20.000	9,08
20050216	C	40.000	9,42	20050401	C	30.000	9,01
20050216	V	40.000	9,44	20050401	V	30.000	9,03
20050218	C	12.600	9,46	20050404	C	5.000	9,00
20050228	C	40.000	9,16	20050404	V	5.000	9,04
20050228	V	40.000	9,17	20050405	C	35.000	8,98
20050301	C	165	9,23	20050405	V	18.449	9,01
20050301	C	30.000	9,19	20050406	C	36.887	8,94
20050301	V	30.000	9,20	20050406	V	28.438	8,99
20050302	C	10.000	9,17	20050407	C	25.000	8,89
20050302	V	10.000	9,18	20050407	V	25.000	8,95
20050303	C	90.000	9,12	20050408	V	25.000	8,94
20050303	V	90.000	9,12	20050412	C	10.000	9,06
20050303	C	100.000	9,13	20050412	V	10.000	9,04
20050304	C	38.000	9,13	20050413	C	35.000	9,20
20050304	V	38.000	9,14	20050413	V	60.000	9,21
20050307	C	22.791	9,16	20050413	C	30.000	9,12
20050307	V	22.791	9,19	20050413	V	30.000	9,14

Banco Português de Investimento, S.A. Transacções - acções da PT				Banco Português de Investimento, S.A. Transacções - acções da PT			
Data	Natureza	Quantidade	Preço (euros)	Data	Natureza	Quantidade	Preço (euros)
20050413	C	2.956	9,07	20050519	V	250	8,83
20050413	V	2.956	9,08	20050520	C	15.200	8,96
20050414	C	25.000	9,17	20050520	C	20.000	8,90
20050415	C	10.000	9,03	20050520	V	45.000	8,91
20050415	C	31.136	9,06	20050523	C	31.193	9,01
20050415	V	31.136	9,06	20050523	V	36.193	9,04
20050418	C	30.966	8,93	20050524	C	50.000	8,72
20050418	V	30.966	8,96	20050524	V	20.000	8,78
20050419	C	25.000	8,95	20050525	C	35.000	8,60
20050419	V	25.000	8,97	20050525	V	35.000	8,61
20050420	C	10.000	9,00	20050526	C	120.000	8,52
20050420	V	10.000	9,03	20050527	C	50.000	8,39
20050426	C	27.500	8,90	20050527	V	50.000	8,44
20050426	V	7.500	8,93	20050530	C	5.000	8,39
20050427	C	106.022	8,67	20050530	V	5.000	8,44
20050427	V	76.022	8,67	20050531	C	17.000	8,31
20050427	C	10.000	8,66	20050531	V	17.000	8,32
20050427	V	10.000	8,67	20050531	C	50.000	8,35
20050427	C	50.000	8,66	20050601	C	50.000	8,39
20050428	C	62.000	8,49	20050601	V	50.000	8,40
20050428	V	112.000	8,52	20050601	C	15.000	8,38
20050428	C	25.000	8,45	20050601	V	15.000	8,39
20050429	C	24.194	8,53	20050601	V	50.000	8,41
20050429	V	24.194	8,53	20050602	C	183.050	7,97
20050503	C	40.000	8,74	20050602	V	156.000	7,97
20050503	V	40.000	8,74	20050602	C	50.000	8,02
20050503	V	25.000	8,74	20050603	C	50.000	7,99
20050503	C	7.844	8,73	20050603	V	77.050	7,99
20050503	V	7.844	8,73	20050606	C	20.000	8,01
20050504	C	35.000	8,67	20050606	V	20.000	8,02
20050504	V	20.000	8,71	20050607	C	96.332	8,01
20050504	C	25.000	8,65	20050607	V	56.332	8,06
20050506	V	15.000	8,60	20050608	C	55.000	7,91
20050510	C	15.000	8,32	20050608	V	55.000	7,93
20050510	V	15.000	8,35	20050609	V	40.000	7,95
20050510	C	152.197	8,36	20050613	C	10.000	8,02
20050511	C	77.600	8,45	20050613	V	10.000	8,05
20050511	V	87.600	8,47	20050615	C	36.907	7,99
20050512	C	10.000	8,50	20050615	V	36.907	8,00
20050512	V	20.000	8,64	20050616	C	45.000	7,90
20050512	V	127.197	8,64	20050616	V	28.701	7,91
20050513	C	45.000	8,65	20050617	V	300	8,00
20050513	V	25.000	8,70	20050617	C	30.500	7,99
20050518	C	20.000	8,79	20050617	V	46.799	7,97
20050518	V	20.000	8,80	20050622	V	20.000	8,04
20050519	C	9.323	8,81	20050622	V	15.000	8,05
20050519	V	9.323	8,83	20050623	C	55.000	7,98
20050519	C	250	8,83	20050623	V	35.000	7,97

Banco Português de Investimento, S.A. Transacções - acções da PT			
Data	Natureza	Quantidade	Preço (euros)
20050624	C	45.000	7,77
20050624	V	20.000	7,78
20050627	C	118.839	7,63
20050627	V	93.839	7,67
20050627	C	10.000	7,68
20050627	V	10.000	7,65
20050628	C	55.000	7,56

Banco Português de Investimento, S.A. Transacções - acções da PT			
Data	Natureza	Quantidade	Preço (euros)
20050628	V	105.000	7,58
20050629	C	60.000	7,72
20050629	V	60.000	7,73
20050630	C	10.080	7,84
20050630	C	50.000	7,80
20050630	V	50.000	7,84
20050630	V	95.757	7,85

Banco BPI,S.A Transacções - acções da PT			
Data	Natureza	Quantidade	Preço (euros)
20050627	V	1.350.000	7,62
20050628	V	115.000	7,57

BPI Vida - Compamhia de Seguros de Vida, S.A. Transacções - acções da PT			
Data	Natureza	Quantidade	Preço (euros)
20050627	C	1002	7,61

Banco Português de Investimento, S.A. Transacções - acções da PT Multimédia			
Data	Natureza	Quantidade	Preço (euros)
20050121	V	11.000	19,40
20050218	C	4.000	19,68
20050223	C	5.385	19,05
20050224	C	3.188	18,95
20050228	C	3.644	19,70
20050228	V	4.000	19,80
20050318	C	3.200	19,11
20050318	C	700	19,11
20050318	V	15.127	19,16
20050321	C	7	19,16
20050329	V	280	19,18
20050415	V	200	18,98
20050509	C	2.400	18,09
20050510	C	147	18,07
20050510	V	147	18,20
20050511	C	16.200	18,11
20050517	C	4.779	18,26
20050520	V	7.140	18,30
20050523	V	19.300	21,50
20050523	V	840	21,50
20050523	V	4.779	21,50
20050530	C	840	17,66
20050530	C	600	17,66
20050614	S	55.951	-
20050614	E	111.902	-
20050617	C	42.471	8,57
20050623	C	10.000	8,50
20050630	V	180	8,69

BPI Vida - Compamhia de Seguros de Vida, S.A. Transacções - acções da PT Multimédia			
Data	Natureza	Quantidade	Preço (euros)
20050103	C	2.202	18,54
20050103	C	2.484	18,54
20050103	C	368	18,54
20050103	C	81	18,54
20050103	C	83	18,54
20050103	C	420	18,54
20050104	C	55	18,74
20050104	C	2.468	18,74
20050104	C	1.481	18,74
20050104	C	416	18,74
20050105	C	2.659	18,95
20050105	C	1.035	18,74
20050105	C	437	18,95
20050105	C	776	18,95
20050107	C	4.480	19,09
20050107	C	778	19,09
20050125	C	3.422	19,43
20050125	C	616	19,40
20050125	C	108	19,48
20050125	C	111	19,48
20050125	C	43	19,48
20050126	C	1.485	19,47
20050126	C	46	19,47
20050126	C	47	19,47
20050128	C	314	19,69
20050128	C	11	19,69
20050131	C	1.921	19,96
20050131	C	76	19,97

BPI Vida - Companhia de Seguros de Vida, S.A. Transacções - acções da PT Multimédia				BPI Vida - Companhia de Seguros de Vida, S.A. Transacções - acções da PT Multimédia			
Data	Natureza	Quantidade	Preço (euros)	Data	Natureza	Quantidade	Preço (euros)
20050131	C	78	19,97	20050506	C	152	18,14
20050131	C	18	19,97	20050506	C	23	18,14
20050131	C	82	19,68	20050506	C	130	18,14
20050202	V	776	20,01	20050523	V	100	21,50
20050222	C	1.800	19,22	20050523	V	1.852	21,50
20050303	C	2.453	19,63	20050523	V	1.330	21,50
20050303	C	1.207	19,63	20050523	V	316	21,50
20050303	C	697	19,63	20050523	V	31	21,50
20050309	V	1.800	19,51	20050523	V	32	21,50
20050317	C	1.219	19,09	20050523	V	7	21,50
20050318	C	1.039	19,25	20050523	V	205	21,50
20050418	C	502	18,70	20050523	V	50	21,50
20050420	C	136	18,80	20050523	V	104	21,50
20050421	C	6.585	18,75	20050523	V	14	21,50
20050506	C	1.590	18,14	20050613	C	487	16,81
20050506	C	9.014	18,14	20050613	C	626	16,81
20050506	C	1.790	18,14	20050614	S	52.557	-
20050506	C	123	18,14	20050614	E	105.114	-

Conselho Fiscal

- Pedro Matos Silva, presidente do Conselho Fiscal, não é titular de quaisquer acções da PT nem de outras sociedades que com ela se encontram em relação de domínio ou de grupo;
- Gonçalo Vaz Botelho, vogal do Conselho Fiscal, é titular de 247 acções da PT. O cônjuge é titular de 247 acções da PT;
- Mário Gomes, Revisor Oficial de Contas, não é titular de quaisquer acções da PT nem de outras sociedades que com ela se encontram em relação de domínio ou de grupo;
- José Vieira dos Reis, vogal suplente do Conselho Fiscal, não é titular de quaisquer acções da PT nem de outras sociedades que com ela se encontram em relação de domínio ou de grupo, sendo o cônjuge titular de 80 acções da PT.



Documentos de Certificação das Contas

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

INTRODUÇÃO

1. Examinámos as demonstrações financeiras individuais da **PORTUGAL TELECOM, SGPS, S.A.** para o primeiro semestre de 2005, as quais compreendem o Balanço em 30 de Junho de 2005 (que evidencia um total de balanço de 7.997.030.230 Euros e um total de capital próprio de 2.643.557.596 Euros, incluindo um resultado líquido do semestre de 212.080.961 Euros), as Demonstrações de Resultados por Naturezas e por Funções e dos Fluxos de Caixa do semestre findo naquela data, e o correspondente Anexo. Estas demonstrações financeiras foram preparadas em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

RESPONSABILIDADES

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa e os resultados das suas operações e os seus fluxos de caixa, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de sistemas de controlo interno apropriados.

3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

ÂMBITO

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável de que as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto, o referido exame incluiu (a) a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação, (b) a apreciação da adequação das políticas contabilísticas adoptadas e da sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias, (c) a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade, e (d) a apreciação da adequação, em termos globais, da apresentação das demonstrações financeiras.

5. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

OPINIÃO

6. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais acima referidas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira da PORTUGAL TELECOM, SGPS, S.A. em 30 de Junho de 2005, e o resultado das suas operações e os seus fluxos de caixa no semestre findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

Lisboa, 14 de Setembro de 2005

ASCENÇÃO, GOMES, CRUZ & ASSOCIADO - S.R.O.C.,
representada por Mário João de Matos Gomes, R.O.C.

Deloitte.

Deloitte & Associados, SROC S.A.
Inscrição na OROC nº 43
Registo na CMVM nº 231

Edifício Atrium Saldanha
Praça Duque de Saldanha, 1 - 6.^a
1050-094 Lisboa
Portugal

RELATÓRIO DE AUDITORIA CONTAS INDIVIDUAIS

Introdução

1. Para os efeitos do artigo 246.^o do Código dos Valores Mobiliários, apresentamos o nosso Relatório de Auditoria sobre a informação financeira contida no Relatório de Gestão e as demonstrações financeiras anexas do semestre findo em 30 de Junho de 2005 de Portugal Telecom, SGPS, S.A. ("Empresa" ou "Portugal Telecom"), as quais compreendem o balanço em 30 de Junho de 2005, que evidencia um total de 7.997.030.230 Euros e capitais próprios de 2.643.557.596 Euros, incluindo um resultado líquido de 212.080.961 Euros, as demonstrações dos resultados por naturezas e por funções, a demonstração dos fluxos de caixa do semestre findo naquela data e o correspondente anexo.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração: (i) a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa, o resultado das suas operações e os seus fluxos de caixa; (ii) que a informação financeira histórica seja preparada de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites e que seja completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários; (iii) a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado; e (iv) a informação de qualquer facto relevante que tenha influenciado a sua actividade, posição financeira ou resultados.
3. A nossa responsabilidade consiste em examinar a informação financeira contida nos documentos de prestação de contas acima referidos, incluindo a verificação se, para os aspectos materialmente relevantes, é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários, competindo-nos emitir um relatório profissional e independente baseado no nosso exame.

A expressão Deloitte refere-se a uma ou várias sociedades que operam ao abrigo de um acordo com a Deloitte Touche Tohmatsu, uma Swiss Verein, bem como as suas respectivas representadas e afiliadas. Deloitte Touche Tohmatsu é uma associação mundial de sociedades dedicadas à prestação de serviços profissionais de excelência, convergindo no sentido ao cliente sob uma estratégia global, aplicada localmente em, aproximadamente, 150 países. Como Swiss Verein (associação), nem a Deloitte Touche Tohmatsu nem qualquer das suas sociedades membros assumem qualquer responsabilidade isolada ou solidária pelos actos ou omissões de qualquer das outras sociedades membros. Cada uma das sociedades membros é uma entidade legal e separada que opera sob a marca "Deloitte", "Deloitte & Touche", "Deloitte Touche Tohmatsu" ou outros nomes relacionados.

Capital Social: 500.000,00 euros - NIPC: 501 776 311 - Matriculada na CRC de Lisboa sob o nº 81.743

Sede: Edifício Atrium Saldanha, Praça Duque de Saldanha, 1 - 6.^a, 1050-094 Lisboa

Tel: +(351) 210 427 500 Fax: +(351) 210 427 950 - www.deloitte.com/pt

• Porto: Bom Sucesso Trade Center, Praça do Bom Sucesso, 61 - 1.^a, 4150-146 Porto - Tel: +(351) 225 439 200 - Fax: +(351) 225 439 650

Member of

Deloitte Touche Tohmatsu

Âmbito

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que este seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Este exame incluiu a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e informações divulgadas nas demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação. Este exame incluiu, igualmente, a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias, a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade das operações, a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras, e a apreciação, para os aspectos materialmente relevantes, se a informação financeira é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita. O nosso exame abrangeu ainda a verificação da concordância da informação financeira constante do Relatório de Gestão com os restantes documentos de prestação de contas. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Opinião

5. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas no parágrafo 1, apresentam de forma verdadeira e apropriada, para os efeitos descritos no parágrafo 6, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira de Portugal Telecom, SGPS, S.A. em 30 de Junho de 2005, o resultado das suas operações e os seus fluxos de caixa no semestre findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal e a informação financeira nelas constante é, nos termos das definições incluídas nas directrizes mencionadas no parágrafo 4, completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita.

Ênfase

6. As demonstrações financeiras mencionadas no parágrafo 1, referem-se à actividade da Empresa a nível individual e forma preparadas, de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal, para publicação nos termos da legislação em vigor. Conforme indicado na Nota 3 do Anexo, os investimentos financeiros em empresas filiais e associadas são registadas pelo método da equivalência patrimonial. A Empresa preparou nos termos da legislação em vigor, demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro adoptadas pela União Europeia, para publicação em separado.

Lisboa, 14 de Setembro de 2005

DELOITTE & ASSOCIADOS, SROC S.A.
Representada por Manuel Maria Reis Boto